

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PERMANENTE: UMA ANÁLISE SOBRE O
COTIDIANO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL DO
SUAS**

Bheatriz Syria Custodio Domingos

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PERMANENTE: UMA ANÁLISE SOBRE O
COTIDIANO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL DO
SUAS**

Bheatriz Syria Custodio Domingos

Sob a Orientação da Professora
Marisol Valencia Orrego

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte das exigências para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Seropédica, RJ.
Novembro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D--p

DOMINGOS, Bheatriz Syria Custodio, 04/10/1999-
A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE: UMA
ANA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE: UMA
ANÁLISE SOBRE O COTIDIANO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL DO
SUASÁLISE SOBRE O COTIDIANO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL
DO SUAS / Bheatriz Syria Custodio DOMINGOS. - Rio de
Janeiro, 2023.
68 f.: il.

Orientadora: Marisol Valencia Orrego . Trabalho
de conclusão de curso(Graduação). -- Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Serviço Social, 2023.

1. Serviço Social. 2. Educação Permanente. 3.
Processo de Trabalho. 4. Assistência Social. 5.
Política Social. I. Valencia Orrego , Marisol , ---,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Serviço Social III. Título.

Bheatriz Syria Custodio Domingos

**A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
PERMANENTE: UMA ANÁLISE SOBRE O
COTIDIANO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL DO
SUAS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Serviço Social**, pelo Curso de Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Data de aprovação: 05 de dezembro de 2023.

Profª. Dra. Marisol Valencia Orrego
(Orientadora – presidente) (DEDH/UFRRJ)

Profª. Dra. Monica Aparecida Del Rio Benevenuto
Membro interno (DEDH/UFRRJ)

Prof. Dr. Mauricio Caetano Matias Soares
Membro externo (UFRJ)

Seropédica, RJ
2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, em especial a minha mãe, pelo apoio e incentivo incondicional ao longo de toda minha jornada acadêmica, sempre me encorajando a alcançar os meus objetivos. Dedico esse momento à figura do meu pai, que embora não esteja mais presente fisicamente, sua sabedoria e experiência sempre me acompanharam, tornando-se minha força motriz para superar cada obstáculo. Sua força e determinação, são exemplos de vida que agradeço todos os dias por ter tido o privilégio de presenciar, sua memória e influência continuam vivas em mim, especialmente durante a elaboração deste trabalho e de todo processo de graduação. Assim, sem a presença de vocês ao meu lado, nada disso seria possível, vocês são minha inspiração e motivo de orgulho. Obrigado por sempre acreditarem em mim e me motivarem a encontrar forças nos momentos mais difíceis.

Gostaria de expressar minha imensa gratidão aos meus amigos pelo apoio e suporte que me deram durante a elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A jornada de escrever um tcc pode ser desafiadora e muitas vezes solitária, mas a presença e o incentivo de vocês fizeram toda a diferença, vocês sempre estiveram ao meu lado, me ouvindo, me encorajando e me motivando a dar o meu melhor, seja nos momentos de incertezas, de bloqueio criativo ou /e nas horas de exaustão. Muito obrigado por terem acreditado em mim, por terem sido minha fonte de inspiração e por terem me auxiliado a superar todos os desafios impostos durante esse processo. Vocês são verdadeiros amigos e sou abençoada por tê-los em minha vida.

Inicialmente, agradeço a todos os professores que me acompanharam ao longo da minha vida acadêmica, professores da educação infantil, fundamental, ensino médio e graduação, por transmitirem seus conhecimentos e compartilharem suas experiências. A dedicação e a paixão com que me ensinaram foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico. Em especial, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Marisol Valencia Orrego, por sua orientação paciente e constante. Sua expertise na área e sua disponibilidade para esclarecer dúvidas foram essenciais para a condução deste trabalho. Além disso, sua postura incentivadora, apoio incondicional e encorajamento constante foram essenciais para superar os momentos de dúvidas e dificuldades que surgiram ao longo desse tempo. Serei imensamente grata por todo o seu empenho e dedicação em me guiar na concretização do meu

trabalho. Você foi uma orientadora exemplar, que além de transmitir conhecimento, também foi grande incentivadora do meu crescimento pessoal.

Agradeço também aos professores da banca, Professor Maurício Caetano e Professora Mônica A. Del Rio Benevenuto, por aceitarem o convite de avaliar este trabalho e por participarem desse momento tão especial para mim, vocês foram professora que me conheceram no início da minha trajetória na graduação, a Mônica foi a primeira professora a avaliar uma apresentação minha, lá no primeiro período, já o Maurício vivenciou a loucura de ser meu professor durante uma fase tão complicado o qual foi o período pandêmico, obrigado por participarem desse processo comigo. Assim, agradeço imensamente a atenção e o cuidado com foram feitas as análises e considerações sobre a minha pesquisa.

Por fim, gostaria de expressar minha imensa gratidão e reconhecimento a uma pessoa extremamente especial em minha jornada acadêmica: Carla Cristina Silva de Freitas Ramos, minha supervisora de campo de estágio. O período de estágio é complicado para qualquer estudante sendo a presença de um supervisor de campo pode contribuir ou atrapalhar no processo de aprendizagem, no meu caso, a sua presença contribuiu não apenas na minha vida acadêmica, mas também na pessoal, pois eu ganhei para além de uma simples supervisora, ganhei uma amiga. Mas mais do que toda a ajuda técnica e acadêmica, quero destacar o suporte emocional e encorajamento constante que recebi de você. Seu apoio incondicional, seu incentivo e sua confiança em meu potencial foram essenciais para me manter determinada e focada em superar quaisquer dificuldades que surgirem no caminho. Sua presença atenciosa e carinhosa fez com eu me sentisse verdadeiramente apoiada em todas as etapas dessa jornada. Por tudo isso, Carla, quero expressar minha gratidão profunda por sua parceria e por tornar essa acadêmica significativa e enriquecedora. Você é uma pessoa especial, e sou muito afortunada por tê-la ao meu lado.

EPÍGRAFE

*“O otimista é um tolo. O pessimista, um chato.
Bom mesmo é ser um realista esperançoso.”*

(Adriano Suassuna)

*“O medo sempre me guiou para o que eu quero.
E, porque eu quero, temo. Muitas vezes foi o
medo que me tomou pela mão e me levou. O
medo me leva ao perigo. E tudo o que eu amo é
arriscado.”*

(Clarice Lispector)

*“Quando o homem decidir reformar a sua
consciência, o mundo tomará outro roteiro.”*

(Carolina de Jesus)

RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso propõe-se a analisar a Política Nacional de Educação Permanente- PNEP, com o foco em analisar o cotidiano do/da assistente social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Diante da intensa complexibilidade na qual envolve o trabalho dos/das assistentes sociais inseridos/as na Política de Assistência Social como, a precarização do seu trabalho, o aumento desenfreado da desigualdade no Brasil e o penoso processo de legitimidade na qual a Assistência Social enfrenta até os dias de hoje a PNEP/SUAS busca a qualificação do SUAS com um olhar para os seus profissionais entendendo, portanto, que a valorização desses profissionais, entre eles os/as assistentes sociais, é a peça chave para a ratificação da Assistência Social como um política social de direito de toda a sociedade. Essa pesquisa possui como objetivos específicos explicar sobre Política Nacional de Educação Permanente enquanto estratégia de fortalecimento da Assistência Social enquanto política pública; estudar o processo de trabalho do Serviço Social inserido na divisão social e técnica do trabalho; pesquisar sobre a relação entre o processo de trabalho do Serviço Social e a educação permanente no SUAS e analisar o processo histórico do SUAS no Brasil desde a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) até a atualidade. Considerando esses objetivos, a construção em torno dessa análise ficou delimitado em temas de educação permanente, de política de assistência social e o processo de trabalho dos/das assistentes sociais dentro da assistência social. Podemos dividir este trabalho em suas operações metodológicas: (1) revisão de literatura; (2) sistematização da prática. Nessa divisão de operações metodológicas, a sistematização da prática foi utilizada como forma de organização das experiências de estágio relatadas neste trabalho, no sentido de agregar teoria e prática. Nessa perspectiva, o Serviço Social enxerga na PNEP/SUAS uma estratégia de consolidação do projeto ético-político da profissão, como também a melhoria nas condições de trabalho desse grupo de profissionais. Todavia, a PNEP/SUAS ainda possui um longo caminho pela frente para legitimar-se como uma política, dado que as condições estruturais implementadas pelo capitalismo, e intensificadas pelo modelo neoliberal, as condições de trabalho corroboram para uma maior flexibilização no mundo do trabalho, logo, pela ilegitimidade da Política de Assistência Social.

Palavras-Chave: Serviço Social. Educação Permanente. Processo de Trabalho. Assistência Social. Política Social.

ABSTRACT

This end-of-course work aims to analyze the National Permanent Education Policy (PNEP), with a focus on the daily work of social workers in the Unified Social Assistance System (SUAS). Faced with the intense complexity involved in the work of social workers in the Social Assistance Policy, such as the precariousness of their work, the rampant increase in inequality in Brazil and the painful process of legitimacy that Social Assistance faces to this day, the PNEP/SUAS seeks to qualify the SUAS with a view to its professionals. I therefore understand that valuing these professionals, including social workers, is the key to ratifying Social Assistance as a social policy that is the right of society as a whole. The specific objectives of this research are to explain the National Continuing Education Policy as a strategy for strengthening Social Assistance as a public policy; to study the work process of the Social Service as part of the social and technical division of labor; to research the relationship between the work process of the Social Service and continuing education in the SUAS and to analyze the historical process of the SUAS in Brazil from the creation of the Organic Law on Social Assistance (LOAS) to the present day. Considering these objectives, the construction around this analysis was delimited into the themes of permanent education, social assistance policy and the work process of social workers within social assistance. We can divide this work into its methodological operations: (1) literature review; (2) systematization of practice. In this division of methodological operations, the systematization of practice was used as a way of organizing the internship experiences reported in this work, in the sense of aggregating theory and practice. From this perspective, the Social Service sees the PNEP/SUAS as a strategy for consolidating the profession's ethical-political project, as well as improving the working conditions of this group of professionals. However, the PNEP/SUAS still has a long way to go to legitimize itself as a policy, given that the structural conditions implemented by capitalism, and intensified by the neoliberal model, working conditions corroborate greater flexibility in the world of work, and therefore the illegitimacy of the Social Assistance Policy.

Keywords: Social Work. Permanent Education. Work Process. Social Assistance. Social Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Equipe Educação Permanente	48
Figura 2- O processo de trabalho dentro da instituição de acolhimento.....	53
Figura 3- Crianças e adolescentes e a violação de direitos (Aula 1).....	53
Figura 4- Crianças e adolescentes e a violação de direitos (Aula 2).....	54
Figura 5- Entrega dos certificados	55
Figura 6- Reuniões Educação Permanente.....	55
Figura 7- Slides Educação Permanente.....	56

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- CAC - Casa de Acolhimento e Cidadania
- CapacitaSUAS - Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
- CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social
- CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social
- CRAS - Centro de Referência da Assistência Social
- CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- LBA - Legião Brasileira de Assistência
- LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social
- MAS - Ministério da Assistência Social
- MDS - Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
- NOB - Norma Operacional Básica
- NOB-RH/SUAS - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
- ONGS - Organizações da Sociedade Civil
- PCCS - Planos de Carreira, Cargos e Salários
- PNAS - Política Nacional de Assistência Social
- PNEP/SUAS - Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social
- PNP - Plano Nacional de Desenvolvimento
- SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
- SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL.....	14
1.1 - Questão social e política social.....	15
1.2 - A criação da LOAS e seus impactos.....	20
1.3 - A Política de Assistência Social: um debate sobre sua ilegitimidade.....	23
CAPÍTULO 2 - O TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL DO SUAS.....	28
2.1 - O processo de trabalho do assistente social no SUAS.....	30
2.2 - Conservadorismo e Serviço Social.....	36
CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL.....	39
3.1 - Educação permanente do SUAS.....	41
3.2 - Educação Permanente e Serviço Social: experiências de estágio.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	61
ANEXOS.....	65

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objeto a política nacional de educação permanente, analisando o cotidiano do/da assistente social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Destaca-se no decorrer na análise a busca pela legitimidade da política de assistência social desde a sua criação, em 1993, com a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), e dentro desse contexto encontra-se a precarização do processo de trabalho dos/das assistentes sociais, inseridos na política de assistência social. Dessa maneira, este trabalho como objetivos específicos: explanar sobre Política Nacional de Educação Permanente enquanto estratégia de fortalecimento da Assistência Social enquanto política pública; estudar o processo de trabalho do Serviço Social inserido na divisão social e técnica do trabalho; pesquisar sobre a relação entre o processo de trabalho do Serviço Social e a educação permanente no SUAS e analisar o processo histórico do SUAS no Brasil desde a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) até a atualidade.

A assistência social, mesmo sendo legitimada como uma política pública, parte do tripé da seguridade social com a Constituição Federal de 1988 e reafirmada, no ano de 1993, através da LOAS como um direito de quaisquer cidadãos e dever do Estado, possui ao longo de sua trajetória medidas as quais a marcam como uma ação de ajuda, de cunho filantrópico, no qual busca apenas amenizar as expressões da questão social assegurando à classe trabalhadora um valor mínimo, por meio dos benefícios de transferência de renda, para sua reprodução e manutenção da força de trabalho. Com as ofensivas neoliberais no Brasil, durante os anos 1990, ocorre a intensificação do retrocesso da perspectiva de direito, no que toca a política de assistência social.

Nesse contexto, o Serviço Social atua, em seu cotidiano de trabalho, na reprodução social derivada da contradição capital/ trabalho tendo a questão social como objeto da sua intervenção profissional (IAMAMOTO, 2014), assim os/as assistentes sociais, inseridos nessa lógica de precarização do trabalho, seguem o caminho para retornar a sua lógica acrítica de culpabilização do sujeito pela sua condição de extrema precarização sem refletir sobre as condições impostas pelo sistema capitalista à classe trabalhadora em prol da acumulação de capital. Entretanto, a assistência social cumpre o seu papel de dualidade, uma vez que ao mesmo tempo que responde aos interesses da classe burguesa, atende a classe trabalhadora viabilizando direitos sociais que, através de muitas lutas, foram conquistados por essa classe. Dessa maneira, o Serviço Social irá atuar como viabilizador de direitos dentro das contradições impostas a ele, uma vez que o assistente social também está inserido na divisão

social e técnica do trabalho, ou seja, a profissão deve atuar atendendo as requisições exigida pelo Estado, o maior servidor de empregos para o Serviço Social, mas também cumprir com as diretrizes impostas pelo seu Código de Ética.

A Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (PNEP/SUAS), aprovada em 2013 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), nessa lógica, tem como foco privilegiar os/as trabalhadores/as como sujeitos/as centrais em seus processos formativos, os quais, por sua vez, por meio da articulação entre a teoria e prática, proporcionam oportunidades de aquisições e construção de novos conhecimentos, habilidades e reflexões. Logo, a educação permanente visa a valorização do/da trabalhador/a, e do seu processo de trabalho, por meio de ações/capacitações que promovam diminuir ações técnicas, domésticas, de formas acríticas nas quais estão presentes no conceito de capacitação, sendo assim, legitimando o processo de trabalho do trabalhador do SUAS, em destaque, o/a assistente social. Portanto, a Educação Permanente é defendida como uma estratégia de afirmação do projeto societário resguardado pela profissão, sobre isso Fernandes (2007) salienta que

Mesmo que tenhamos clareza em relação aos objetivos profissionais e ao lugar que ocupamos numa prática profissional, produto e protagonista das transformações necessárias para o enfrentamento na questão social, **é preciso investir na educação permanente enquanto uma estratégia de formação no trabalho, de apreensão dos resultados da ação através do planejamento e construção de indicadores e de possibilidades reais de superação de velhas práticas para a consolidação do projeto ético- político do Serviço Social.** (p. 216 grifo nosso).

De acordo com Minayo (1994) toda pesquisa nasce de uma indagação realizada pelo pesquisador, podendo ela ser uma dúvida, pergunta ou questão. Dessa maneira, o seguinte trabalho possui como percurso de análise a base de pesquisas bibliográfica, elucidadas por Severino (2013), respectivamente, como “Aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc [...]” (p.n).

Nessa perspectiva, o capítulo 1 discorre sobre a assistência social, no Brasil, desde suas práticas filantrópicas ligadas à igreja e as damas de caridade até a implementação da assistência social como uma política social no Brasil, perpassando pela manifestação da questão social no país chegando, dessa maneira, ao processo de ilegitimidade da assistência social como uma política social parte da seguridade social brasileira.

O capítulo 2 trata sobre o Serviço Social, enquanto categoria profissional inserida na divisão social e técnica do trabalho, relatando sobre seu processo de trabalho dentro da política de assistência social, debatendo, então, sobre a concepção conservadora da profissão, vigente desde de sua origem, a qual torna-se presente no cotidiano de trabalho da profissão, no contexto neoliberal, de precarização do contrato de trabalho e ilegitimidade da política de assistência social.

O capítulo 3 traça a proposta da educação permanente enquanto política no âmbito do SUAS, salientando suas origens e seus objetivos enquanto uma maneira de fortalecer a Assistência Social com política pública. Dessa maneira, utilizando-se da sistematização da prática, pontuada por Almeida (2006) como a prática organizacional teórico- metodológica e técnico instrumental de todas as ações profissionais do Serviço Social, para relatar as experiências de estágio argumentando-as com os dilemas os quais rondam a implementação dessa política, visto que o campo no qual ocorreu o processo de estágio foi na área da gestão direcionada a PNEP/SUAS.

Diante disso, este trabalho propõe analisar como a implementação da PNEP/SUAS pode vir a interferir no cotidiano do/da assistente social inserido/a na política de assistência social, considerando seus desafios e possibilidades. Logo, torna-se importante salientar que não é possível esgotar um tema tão rico e abrangente como o cotidiano do Serviço Social dentro de uma política pública, sobretudo partido da perspectiva de outra política, como no caso da educação permanente, dado que esta é uma política que mesmo tendo sua legitimidade posta no ano de 2013 ainda precisará percorrer um longo caminho até sua real efetivação.

CAPÍTULO 1 - A ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

A história da Assistência Social no Brasil tem sido entendida e tendencialmente relacionada com a noção de caridade e/ou assistencialismo empregada pela Igreja Católica e, pelo o Estado, perpassando pela gênese da questão social e suas expressões, apesar de se apresentarem da mesma maneira que nos países centrais do capitalismo, estas possuem em diferentes trajetórias nos países periféricos do capitalismo, nas quais serão destacadas no decorrer deste capítulo.

Embora a política de assistência no Brasil, tenha sido protocolada como parte da seguridade social, e, por isso, uma lei, a mesma ainda encontra grandes dificuldades para se legitimar como tal, Faleiros (2007) destaca que, as políticas sociais fazem parte da gestão do Estado sobre a força de trabalho a fim de atender ao capital reproduzindo a manutenção social, ao mesmo tempo que se estrutura respondendo às pressões advindas dos movimentos sociais organizados pela classe trabalhadora.

A implementação do neoliberalismo no Brasil, durante a década de 1990, ocasionou à classe trabalhadora a privatização dos direitos sociais e a sua superexploração, tendo como apontam Behring e Boschetti (2011), uma considerável campanha do Estado, com a ajuda da mídia, para a propagação da ideia de privatização de empresas estatais como solução dos problemas econômicos do país, logo, criando uma falsa imagem sobre a privatização e terceirização o papel do Estado no que toca a sociedade, em especial, a classe trabalhadora. Sobre isso, Faleiros (2007) ressalta que “Nos anos 90 vimos se implementar o Estado neoliberal, com o objetivo de assegurar o mercado de capitais e a livre circulação do capital, especulativo em detrimento dos setores produtivos e da garantia de direitos sociais”. (p.79).

As contra- reformas efetuadas pelo Estado foram, nas palavras de Behring e Boschetti (2011), uma “combinação perversa entre recrudescimento da pobreza” (p.187), devido a linha de legitimidade dos direitos em prol da classe trabalhadora na qual o Brasil vinha seguindo com a Constituição Federal de 1988 e a LOAS. Desse modo, com o Estado cada vez mais mínimo e o agravamento das expressões da questão social, contribuem para uma maior extensão das políticas sociais, sobretudo, a assistência social, no entanto, com maior teor assistencialista, logo, diminuindo sua dimensão de direito. Nesse sentido, o Estado terá o papel de

[...] garantia de manutenção das condições gerais de reprodução do capital e da produção, isto é, da acumulação capitalista. Ele assume os investimentos não rentáveis para o capital assume os investimentos que demandam recursos que

superam a disponibilidade dos capitalistas, transforma os recursos públicos em meios de favorecer estimular o capital, cria a infra- estrutura necessária para os investimentos e a articulação do capital, estabelece facilidades jurídicas e, sobretudo, gere a moeda e o crédito em favor da acumulação de capital, e investe em grandes empreendimentos, aplanando com tudo isso a concorrência intercapitalista. (Faleiros, 2007, p. 65)

Assim, a assistência social operará de forma a minimizar a tensão existente entre a classe trabalhadora e o capital, atendendo aqueles cujo salário satisfaz, minimamente, as necessidades vitais do trabalhador assalariado e daqueles nos quais ocupam o exército industrial de reserva (desempregados), isso tudo combinado atua com o interesse de “manter a paz social” (Faleiros, 2007, p.73).

Portanto, nesse sentido, visando compreender a implementação e a defesa da educação permanente, na área da assistência social para os assistente sociais, torna-se básico a compreensão da trajetória da Política de Assistência Social no Brasil, no sentido de apreender a educação permanente como uma estratégia do Serviço Social, de afirmação do projeto societário resguardado pela profissão, “[...] configurando-se como possível estratégia de defesa do projeto formativo do Serviço Social e afirmação do projeto ético-político no exercício profissional na perspectiva de defesa dos direitos na sociedade contemporânea” (Nascimento; Oliveira, 2016, p. 136).

1.1 - Questão social e política social

A passagem do sistema feudal para o sistema capitalista marca a gênese da questão social, uma vez que a acumulação e reprodução do capital, particularidade desse sistema, acentua a desigualdade já existente. Destaca-se que, de acordo com Santos (2012), a desigualdade sempre existiu, porém no capitalismo a mesma é produzida socialmente. Assim, a questão social, enquanto termo que está associada às desigualdades sociais oriundas do capitalismo, no qual seu interesse está ligado, diretamente, em prol do acúmulo de mercadoria/capital.

Nesse sentido, é essencial compreender que foi o capitalismo industrial que implementou, como gênese de sua estrutura, a exploração do ser humano pelo ser humano em prol do acúmulo de capital. Durante o século XIX, com a revolução industrial, ocorreu a intensificação da exploração da classe trabalhadora, cujo no capitalismo terá apenas sua força de trabalho como forma de garantir sua sobrevivência por meio do salário, dessa maneira, o pauperismo- extrema pobreza- evidencia a submissão da classe trabalhadora as

exigências da classe dominante, isto é, está última condicionará a classe trabalhadora a condições desumanas de trabalho, logo, de vida, uma vez que, será detentora de todas os meios de produção e se apropriará da força de trabalho da classe oposta. A respeito disso, Marx (2017) aponta que para o capital o trabalhador nada mais é do que força de trabalho o qual no final torna-se uma mercadoria dentro do ciclo de acumulação.

[...] Mas em seu impulso cego e desmedido, sua voracidade de lobisomem por mais- trabalho, o capital transgride não apenas os limites morais da jornada de trabalho, mas também seus limites puramente físicos. Ele usurpa o tempo para o crescimento, o desenvolvimento e a manutenção saudável do corpo. Rouba o tempo requerido para o consumo de ar puro e de luz solar. Avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo. O sono saudável, necessário para a restauração, renovação e revigoração da força vital, é reduzido pelo capital a não mais que um mínimo de horas de torpor absolutamente imprescindíveis ao reavivamento de um organismo completamente exaurido. (p. 337-338 grifo nosso).

Vale destacar que o desemprego é um ponto forte da gênese da questão social, já que o exército industrial de reserva¹ se torna a garantia de que sempre haverá trabalhadores que aceitarão quaisquer condições de trabalho a fim de subsidiar suas necessidades vitais através da venda de sua força de trabalho. Consequentemente, causando uma infinita disputa entre os sujeitos pertencentes à classe trabalhadora. “[...] Aquele contingente de trabalhadores "excedentes", aptos ao trabalho, mas condenados à ociosidade socialmente forçada [...] acirrando a concorrência entre os trabalhadores - a oferta e a procura- com evidente interferência na regulação dos salários” (Iamamoto, 2001, p.14 apud Santos, 2012, p.27).

A classe trabalhadora, residente nas vilas nos arredores das indústrias, observando que viviam sob as mesmas condições começaram a se organizar pelo meio de motins, entretanto não mirando no cerne do problema, como diz Santos (2012) “Sempre diretamente reprimidos, essas manifestações representavam, para as classes dominantes, apenas desordem e ameaças episódicos, pois não chegavam a colocar o sistema social em questão” (p.39).

Todavia os movimentos sociais da Europa em 1848 levaram à classe trabalhadora a entender os antagonismos dos projetos societários que representavam as duas classes e, a

¹ Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (Marx, 2017, p.707).

lutar, não apenas pelos direitos, mas adquirindo o entendimento de classe para si ². Assim, “[...] Nesse momento, fica claro que o confronto principal não era entre “pobres” e “ricos” e, sim, entre trabalhadores, operários e patrões, capitalistas; era contra a exploração do trabalho pelo capital” (Santos, 2012, p. 43). Dessa maneira, Netto (2005) irá nos explicar que a questão social é produto do capitalismo e suas expressões só irão se extinguir a partir do momento que o sistema capitalista for superado por outro sistema societário, em especial, não pautado na acumulação de capital. Nessa perspectiva, Fernandes (2016) aponta que “Tratar a questão social é considerá-la não como algo estático, isolado ou como um problema natural de uma determinada sociedade, mas, sim como algo produzido compulsoriamente pelo desenvolvimento capitalista.” (p.64).

Nessa perspectiva, no Brasil, devido ao seu processo tardio de industrialização, a gênese da questão social será dada de forma diferenciada dos países centrais do capitalismo. O processo de industrialização, no Brasil, teve sua implementação entre os anos de 1930-1940, uma vez que o país foi um dos últimos países a abolir a escravidão e, logo após isso a economia continuou pautada na exportação de café, assim, tendo o trabalho rural como base central da classe trabalhadora³.

Nessa direção, quando a industrialização começa a ser implementada nas zonas urbanas acontece uma grande migração dos trabalhadores rurais para essas áreas, iniciando e consolidando o sistema de relações de trabalho, como destaca Santos (2012). Desse modo, a mesma autora, salienta que os trabalhadores, antes das zonas rurais, continuaram sendo explorados da mesma maneira nas zonas urbanas, tendo o agravamento da exploração de sua força de trabalho. Por conseguinte, o desemprego tornou-se mais presente na vida do trabalhador brasileiro, vale destacar que, o desemprego está ligado diretamente ao sistema capitalista, em especial, no seu estágio monopolista ⁴, sendo assim, uma das expressões da questão social assim como a pobreza, sendo ambos expressões produzidas pelo capitalismo, no entanto com gênese distintas, “[...] O desemprego enquanto expressão da “questão social” adquire o caráter de desemprego estrutural na economia brasileira desde que o capitalismo retardatário completa seu ciclo, no auge da ‘industrialização pesada’”. (Santos, 2012, p.173). Em suma, a classe trabalhadora brasileira nunca vivenciou, por completo, o

² A classe trabalhadora se percebe como classe com um papel político, no qual tem capacidade de alterar as relações de poder instituídas pela classe dominante e, assim, levando a luta de classes.

³ Ressalta-se que esses trabalhadores eram, em suma maioria, imigrantes europeus, uma vez que os negros libertos não foram contratados para serem trabalhadores assalariados. E, dessa maneira, os negros continuaram sendo subjugados sem nenhum tipo de direito ou ressarcimento pelos anos de escravidão nos quais viveram.

⁴ O capitalismo monopolista é apontado por Netto (2005) como o sistema capitalista focado no monopólio no controle dos mercados com a finalidade de aumentar o acúmulo de capital/mercadoria.

Estado de Bem- Estar, dado que a implementação tardia do *Welfare State brasileiro*⁵ foi intensificada pelas mudanças na organização do Estado durante os anos de 1990.

A partir da década de 1990, o Welfare State brasileiro passa por diversas mudanças de caráter organizacional. [...] Mudanças institucionais implicam custos e é possível que, em um contexto de pressões para cortes nos gastos do governo, o preço do ajuste da máquina do Estado à nova configuração das políticas sociais seja, a curto prazo, maior do que os benefícios auferidos. (Medeiros, 2001, p.21).

Dessa maneira, as relações de trabalho sempre foram o suporte para as mediações favoráveis ao capital, tornando o desemprego uma das expressões centrais da questão social aqui no Brasil.

O fato da questão social, desde suas origens, ser naturalizada pelos conservadores direciona as tentativas de solucioná-las à medidas fragmentadas e imediatas de cunho moralizador, visto que ocorria a culpabilização da classe trabalhadora pela extrema situação de vulnerabilidade na qual viviam, não acontecendo a ligação entre a questão social e as fundamentações da sociedade burguesa.

De fato, no âmbito do pensamento conservador, a “questão social”, numa operação simultânea à sua naturalização, é convertida em objeto de ação moralizadora. [...] O enfrentamento das suas manifestações deve ser função de um programa de reformas que preserve, antes de tudo e mais, a propriedade privada dos meios de produção. Mais precisamente o cuidado com as manifestações da “questão social” é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômica- social estabelecida. (Netto, 2005, p.155)

À vista disso, torna-se necessário entender o papel do Estado dentro do sistema capitalista para analisar a situação das políticas sociais, em especial, a assistência social no Brasil. Evidencia-se que o Estado toma como pauta as expressões da questão social a partir da mudança do capitalismo concorrencial para o monopolista. Para o capital era indispensável o suporte do Estado para seu amparo num momento de crise, assim, Netto (2005) sinaliza que

A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primeiramente, como aludimos, da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extraeconômico. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios e para tanto, como poder

⁵ O caráter redistributivo do Welfare State brasileiro foi comprometido: primeiro, pela elevada segmentação da sociedade resultante de um modelo de desenvolvimento concentrador; segundo, pela ausência de coalizões entre trabalhadores industriais e não industriais; e terceiro, por uma burocracia com baixos níveis de autonomia em relação ao governo. As políticas sociais são estruturadas com base em princípios de autofinanciamento; e distribuídas por critérios particularistas, o que não apenas limita o universo de beneficiários como também torna os gastos sociais extremamente regressivos. (Medeiros, 2001, p. 21).

político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções.
(Netto, 2005, p.25)

O Estado atua de forma direta e contraditória para a reprodução do sistema capitalista, já que é através de suas ações que a classe trabalhadora é contida, estas que baseiam -se na aplicação de medidas fragmentadas como forma de suprir, razoavelmente, as necessidades mínimas de reprodução da classe trabalhadora “[...] O Estado opera e organiza a reprodução das relações sociais, assumindo o papel de regulador e fiador dessas relações, interferindo tanto na viabilização do processo acumulativo como na reposição das classes subalternas. (Yazbek, 2006, p.38-39).”

Além disso, o Estado viabiliza recursos para o capital se manter “vivo” nos momentos de crise. Entretanto para essa viabilização o Estado utiliza das políticas sociais com duas finalidades, como forma de legitimação de seu poder e como forma de controle da classe trabalhadora, como destaca Yazbek (2006).

Dessa maneira, as políticas sociais, que têm “[...] sua gênese na relação capital-trabalho, mas não chega a ser só controle ou só salário indireto. Nessas explicações, ela assume o caráter de mecanismo regulador das relações sociais” (Sposati, 2007, p.33), foram criadas e são utilizadas pelo Estado, historicamente, como ferramenta de manobra para responder a questão social, porém, não de uma maneira a enfrentar as expressões da questão social compreendendo que estas são produzidas e reproduzidas pelo capitalismo e seu formato de acumulação de capital.

A funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho-ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalista trabalhadoras; lançada no exército de industrial de reserva, através dos sistemas de seguro social. (Netto, 2005, p. 31)

De forma concisa, o Estado burguês utiliza-se das políticas sociais para atender à ordem monopólica, viabilizando por intermédio destas o controle da classe trabalhadora, como aconteceu nos primeiros anos do governo Lula (2003-2006), no Brasil, onde a questão social passou a ser atendida com uma nova abordagem, tendo a criação de novas políticas públicas para o enfrentamento da pobreza no país, no entanto, estas políticas caracterizam-se pela focalização e seletividade do público alvo (Yasbek, 2018).

1.2 - A criação da LOAS e seus impactos

Sposati (2007) enfatiza que “a assistência social não nasce como política no mesmo dia do nascimento da LOAS. Ela é bem mais velha” (p.8). Assim, para se pensar a assistência social, enquanto política, torna-se crucial analisar as origens da criação da LOAS no Brasil.

A assistência social praticada durante o governo de Vargas (1931-1945) era pautada, de acordo com Sposati (2007), na ajuda de cunho moral aos pobres desempregados visando culpabilizar seus usuários pela sua realidade. Nesse ponto de vista, a área da assistência torna-se um campo aberto e livre para o assistencialismo, colocando a classe subalterna como “desamparado” e “necessitado” retirando do foco toda a exploração e dominação na qual a classe trabalhadora é sujeitada pela classe dominante, ou seja, retira-se da situação o debate sobre a contradição entre as classes, dando ênfase na culpabilização do sujeito.

Nessa perspectiva, a Legião Brasileira de Assistência⁶ (LBA), em 1942, surge com o objetivo de acarinhar os pracinhas brasileiros que foram para a II Guerra Mundial por intermédio da primeira dama Darcy Vargas junto às damas da sociedade. Assim, a LBA incrementou às suas atividades a assistência de mulheres e crianças, “aqui a assistência social como ação é ato de vontade e não de cidadania.”(SPOSATI, 2007, p.20).

Todavia a LBA foi uma instituição que em sua história teve inúmeros casos de corrupção, destaca-se aqui o mandato de Rosane Collor, conforme Sposati (2007). Sendo assim, ao mesmo tempo que a assistência social avança como direito e dever do Estado com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1974, mas regride por conta da contínua percepção assistencialista.

A conquista de direitos humanos e sociais supõe uma revolução político- cultural que provoca mudanças no modo de pensar e agir conservador, ditatorial, não democrático, de concentração de riquezas intensamente presentes na sociedade brasileira. Estas mudanças geram também impactos na economia, no financiamento público, sem estas mudanças de entendimento nunca no Brasil poderão ser praticados os direitos sociais e direitos humanos. (Sposati, 2007, p.10)

Nesse sentido, em paralelo a essa posição do Estado, as políticas sociais, nesse caso, assistência social atuam, como sinaliza Yazbek (2006), de maneira a amenizar os reflexos da

⁶ Vale evidenciar que desde da sua criação até o seu término (1942-1991) a LBA foi presidida pelas primeiras damas do Brasil, o chamado primeiro damismo, conseqüentemente remetendo a ideia de assistência social como caridade, vinda de mulheres caridosas.

desigualdade social, porém, de forma imediatista e fragmentada, “A intervenção estatal no campo das políticas sociais e especialmente no âmbito da assistência configura-se nesse quadro como uma modalidade de resposta à miserabilidade da população.” (Yazbek, 2006,p. 44).

Salienta-se que a junção da previdência social com a assistência social gerou debates entre os economistas brasileiros, uma vez que dizia-se no debate econômico que o valor arrecadado com a previdência era menor do que o valor do benefício dado à população, tudo ligado a resistência conservadora, o que não se difere dos debates gerados atualmente sobre o extinto programa Bolsa Família (2003-2022).

Em 1985, a criação do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento (PNP) que “particulariza a assistência social como política pública, reconhece o usuário como sujeito de direitos, sugere que seja ampliada sua participação é realizada a ruptura com a leitura caritativa e tutelar que a assistência social era tradicionalmente gerida.” (Sposati, 2007, p. 30-31), foi um grande avanço, no que tange a perspectiva de direito da sociedade e dever do Estado. Dessa maneira, várias entidades importantes auxiliaram no debate sobre assistência social e a realidade na qual vivia a população brasileira, como a PUC São Paulo com a publicação do livro “Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileiras- uma questão em análise”, em 1985, a Secretária Nacional de Assistência Social (SNAS) com a elaboração de vários seminários, financiamento de pesquisas em órgãos federais e outros, Sposati (2007).

Enfatiza-se que as políticas sociais ao mesmo tempo servem como formato de controle da classe trabalhadora pelo Estado, tornam-se um subterfúgio de viabilização de direitos para a mesma, como aponta Yazbek (2006), apresentando, assim, um caráter contraditório, “[...] Assim, se as políticas sociais, do ângulo dos interesses do Estado, assumem características funcionais que precisam ser consideradas e que dizem respeito à intensidade das lutas políticas dos subalternos pela ampliação de programas e políticas de corte social.” (Yazbeck, 2006, p.42).

À vista disso, a Constituição Federal de 1988 inclui a assistência social como parte da seguridade social no Brasil, a fim de repudiar “o conceito de população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimizá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal” (SPOSATI, 2007, p. 42).

Vale ressaltar aqui o papel do Serviço Social para a legitimação da Política de

Assistência Social no Brasil. A categoria devido a sua herança e natureza conservadora⁷, por muitos anos atuará de forma acrítica com a realidade imposta pelo capitalismo⁸ para com a classe trabalhadora, atuando de maneira a reproduzir o mesmo. Entretanto, com a aproximação da categoria com a vertente marxista obteve-se um panorama onde a desigualdade social, expressões da questão social, são provenientes da estrutura capitalista e não “culpa” da sociedade, abandonando, assim, a sua lógica funcionalista. Desse modo, o Serviço Social, umas das profissões inseridas na Política de Assistência Social, terá presença notória no processo de reconhecimento da mesma como política até a criação da LOAS em 1993.

Por esse lado, movimentos articulam-se pró- assistência social, durante os anos de 1990, através de entidades ligadas ao Serviço Social, como o Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) e Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) , antes denominados de CNAS e CEFAS junto a “ANASSELBA, Frente Nacional de Gestores Municipais e Estaduais, Movimentos pelo Direitos das Pessoas com Deficiência, dos Idosos, das Crianças e Adolescentes, pesquisadores de várias universidades[...]” (SPOSATI, 2007, p.46). Dessa forma, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) começa a construção do projeto de regulamentação da assistência social, através de uma comissão própria, destaca-se aqui o nome de Potyara Pereira⁹.

Logo, o entendimento que a assistência social deveria ter o acesso de todos e disponibilizada pelo Estado sem o caráter culpabilizadora e primitivo de outrora, ou seja, na concepção de direito. Dessa maneira, após o presidente Itamar Franco enviar um projeto de lei para a Câmara Federal, intitulada pelo nº 4.100/93, o CFESS e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em parceria com o CRESS elaboram uma comissão interlocutora composta por Laura Lemos Duarte, Carmelita Yazbek, Potyara Pereira, Aldaíza Sposati, Rosângela Batistoni e Ana Lígia Gomes, conseqüentemente, em 7 de dezembro de 1993 a LOAS torna-se lei¹⁰ com a intenção de afirmar a assistência social como política pública e reafirmá-la como direito assim como consta na Constituição de 1988 “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e

⁷ Comentarei sobre o assunto no próximo capítulo.

⁸ Pode-se utilizar como exemplo a perspectiva modernizadora, uma das vertentes do movimento de reconceituação do Serviço Social no Brasil.

⁹ “Aqui uma das parceiras da LOAS, Potyara Pereira, analista de política sociais, elabora os princípios e diretrizes da assistência social até hoje vigentes em texto legal.” (Sposati, 2007, p. 46).

¹⁰ A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (Brasil, 1993, Art.1º).

à assistência social.” (Brasil, 1988, Art. 194).

Em vista disso, mesmo a assistência social sendo protocolada como Lei (1988), reiterada com a criação da LOAS (1993), e estabelecendo como um marco importante de sua história a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2005, o qual estruturou a proteção social brasileira dividindo-a em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, ainda passa por dificuldades para ser entendida, pela sociedade brasileira, e exercida como política pública pelo Estado, já que sua legitimação perpassa pelo interesse no qual o Estado possui em atender às demandas do capital e da classe trabalhadora compreender o verdadeiro papel das políticas sociais, mesmo em sua dualidade.

1.3 - A Política de Assistência Social: um debate sobre sua ilegitimidade

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a Política de Assistência Social como parte da seguridade social, todavia, com a implementação do neoliberalismo uma outra percepção sobre as políticas sociais efetua-se no Brasil. Os serviços sociais, recém constituídos como direito, continuavam sendo repassados pelo Estado como ação filantrópica, de responsabilização do sujeito para sair da situação de vulnerabilidade e de comercialização do acesso, com qualidade, do direito.

[...] A privatização de políticas sociais só interessa na medida que possam ser convertidas em processo econômico rentável. Aquelas atividades e serviços sociais ou funções assistenciais que não representem um lucro interessante para “iniciativa privada” serão mantidas no Estado, serão transferidas ao “terceiro setor” ou indiretamente eliminadas. Esse processo seletivo de privatização depende fundamentalmente das seguintes condições: que exista ou se crie uma demanda para os serviços privados - o que só ocorre quando os serviços estatais são insuficientes ou precários- e que essa demanda provenha de segmentos de renda suficientes, que existam incentivos fiscais ou transferências de fundos públicos para empresas “cidadãs” que assumem as atividades sociais, ou que o Estado subcontrata (de forma terceirizada) os serviços privados. (Montaño, 2017, p.34).

Cabe enfatizar que esses serviços terceirizados não garantem a qualidade ao acesso, além de repassar ao trabalhador a responsabilidade de suprir a sua vulnerabilidade na qual se encontra, o ocasionado pelo capitalismo, individualizando a questão social.

Toda essa precarização na qual cerca as políticas sociais tem sua origem no “processo de desenvolvimento” que o Brasil vem passando desde dos anos de 1940 e 1950, por imposição da ideologia do progresso, dos países capitalistas centrais. A ideia de

desenvolvimento empregada nos países da América Latina nada mais foi que uma maneira de retirada de suas riquezas por parte dos países centrais do capitalismo (Estados Unidos, França, Inglaterra e outros). A noção de desenvolvimento da nação parte da falsa ideia de desenvolvimento da economia, partindo do entendimento de que a nação tem de cooperar para o progresso do país. No entanto, sem a compreensão de que esse processo se origina de uma cortina de ferro com a finalidade de extração de riquezas pelos países capitalistas ¹¹. Vale ressaltar que, diferente do período colonial, as riquezas extraídas agora, dos países da América Latina, são em forma de “[...] pagamento da tecnologia transferida, pela amortização da dívida gerada pelos empréstimos e pela circulação de capitais intrafirmas (o lucro gerado nas filiais da periferia é transferido para suas empresas matrizes no centro)” (Montaño, 2017, p. 21). Dessa maneira, como destaca Montaño (2017) a ideia do desenvolvimento não passa de uma estratégia oriunda dos países capitalistas centrais para expandir o sistema capitalista e superexplorar estes outros a fim de aumentar seu acúmulo de capital.

Nessa lógica, com o fim dos anos dourados¹² do capitalismo mundial, o neoliberalismo foi a estratégia encontrada pelo capital para resolver a crise na qual se encontrava. “Como solução parcial à crise capitalista, o neoliberalismo pretende a reconstituição do mercado livre, reduzindo e, inclusive, eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades.” (Montaño, 2017, p.28). O neoliberalismo possui seu maior foco na diminuição do papel do Estado, no que toca à proteção da classe trabalhadora das “garras” da burguesia, tendo uma redução significativa dos direitos trabalhistas adquiridos através das lutas sociais dos anos. Visto que, de acordo com Albuquerque, Moreira e Oliveira (2017) o retrocesso dos direitos da classe proletária impacta diretamente no processo de produção, já que a exploração da força de trabalho é o suporte para o acúmulo de capital, em outras palavras, na ampliação de lucros.

Destaca-se que embora a classe trabalhadora dos países centrais do capitalismo

¹¹ “Os capitais monopolistas das grandes corporações transnacionais nos países centrais precisaram migrar e expandir suas fronteiras procurando os mercados dos países periféricos, especialmente semiperiféricos, particularmente na América Latina, para obter vantagens no processo produtivo (recursos naturais abundante e baratos, força de trabalho abundante, barato e isenções fiscais do Estado) e expandir o mercado de consumo de seus produtos - mediante a incorporação da massa populacional desses, que tem aumentado [...] a esfera do mercado”.(Montaño, 2017, p.23).

¹² “A era de ouro do capitalismo”, que teve como pilar de sustentação o pacto fordista- keynesiano foi caracterizado por altas taxas de crescimento, ampliação de empregos e salários e uma forte intervenção do Estado nas esferas política e econômica. Todos esses fatores deram substância a conformação da parte que fundou o welfare state, o Estado de Bem- Estar Social [...] moldando, deste modo, os alicerces políticos, econômicos e ideológicos de legitimação do longo período expansivo do capital”. (Harvey, 1995, Mota, 2009, p. 55 apud Silva; Tenório, 2017, p. 71).

vivenciarem o Estado do Bem- Estar Social “[...] Marcados pelo alargamento dos direitos e políticas sociais com base no modelo fordista de produção atrelada ao modelo keynesiano [...]” (Albuquerque, Moreira, Oliveira, 2017, p. 58), os países da América Latina não experimentaram tal modalidade de Estado. No Brasil, a questão social foi reduzida a estágios de pobreza, focalizando suas políticas sociais a programas de renda de forma a resolver, superficialmente, as expressões da questão social.

O que se nota, portanto, é que as políticas sociais brasileiras imprimem um caráter conservador direcionados à seletividade e à focalização, sempre em uma direção compensatória e com enfoque nos programas de distribuição de renda, cuja característica é apenas minimizar uma situação preexistente. Tais programas diminuem os índices de pobreza, mas não propiciam a redução da desigualdade social. Deste modo, a divisão política assim assumida distância dos princípios de universalidade de acesso. (Albuquerque; Moreira; Oliveira, 2017, p. 62).

Além do mais, com o neoliberalismo a dissipação da ideia de uma nova questão social auxilia na ilegitimidade das políticas sociais, fundamentalmente, a assistência social.

A pauta que envolve a “nova questão social” surge durante os anos de 1970 e 1980 na qual acontece, em um contexto global, a crise do capital com o esgotamento do modelo fordista de produção, exigindo do mercado uma nova estratégia de acumulação de mercadoria. Nesse sentido, mediante a essa crise foi necessário, como nos diz Pastorini (2007) “uma nova organização no processo de produção” (p.30), ou seja, o chão operário fora substituído por máquinas acarretando um alto índice de desemprego entre os integrantes da classe trabalhadora. Dessa maneira, irão surgir estudiosos que pautaram seus estudos na defesa de uma “nova questão social” onde a teoria marxista não seria mais suficiente para descrever ou analisar o contexto atual da situação.

Também há uma forte presença neste debate das análises e estratégias de “solução” de estilo neoliberal. Além das suas diferenças, que não podem ser negligenciadas, existe um denominador comum que diz respeito a que, por um lado, o marxismo seria um paradigma em crise (portanto, suas explicações não dariam mais conta da “nova” realidade) e, por outra, entendem que a relação de assalariamento não serviria mais como elemento central na sociedade contemporânea, dessa forma, seria necessário o estabelecimento de “novos contratos sociais” para poder restabelecer os vínculos de solidariedade. (Pastorini, 2007, p.19).

Isto é, a solução apontada para esse “novo contexto” era pautada em “[...] líderes empresariais, os trabalhadores e comunidade em geral sentassem à mesa de negociações com o objetivo de repensar o contrato social” (Pastorini, 2007, p. 22). Lógica, estapafúrdia, diga-se de passagem, onde a luta de classes é meramente reduzida a uma mesa de

negociação e a questão social ao fim do emprego. Assim, a questão social não deve ser pensada como algo natural da sociedade, mas sim como algo produzido pela sociedade capitalista.

Nesse contexto, o desemprego não foi algo natural, mas sim produzido em prol do acúmulo de capital, como por exemplo, a aguda precarização do processo de trabalho da classe trabalhadora.

Todas essas mudanças vêm acompanhada do aumento do desemprego, problema que se faz presente no mundo inteiro. Esse novo estágio de desenvolvimento capitalista encontra-se acompanhado do aumento da pobreza, que se vê hoje engrossada por um conjunto cada vez maior de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho. (Pastorini, 2007, p. 33).

Portanto, o agravamento do desemprego, expressão mais forte da questão social, afeta diretamente a classe trabalhadora, Yazbek (2018) sinaliza que a legislação trabalhista trouxe a classe trabalhadora a garantia de direitos básicos, como por exemplo a regulamentação da jornada de trabalho, o repouso remunerado, as férias e outros, entretanto para o exército de reserva esta legislação de nada de nada servirá, uma vez que cresce o número de vagas em empregos onde a carteira assinada não existe, como por exemplo os trabalhos autônomos, a Uber é um exemplo certo da precarização do processo de trabalho.

A Uber é outro exemplo mais do que emblemático: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de manutenção, limpeza etc., enquanto o “aplicativo”- na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob forma de trabalho desregulamentado- apropria-se do mais- valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora. (Antunes, 2020, p.36-37).

Dessa maneira, a visão propaganda da assistência social não como uma política pública, mas sim como ajuda potencializando a ideia da prestação de favor pelo Estado para com a sociedade, fundamentalmente, para a classe trabalhadora e de culpabilização da mesma.

O preconceito em relação à “dependência” que o benefício assistencial cria no cidadão que a ele precisa recorrer vem acompanhado não raro da ideia associada a vagabundagem, displicência e falta de empenho. **Retomam-se aqui as antigas formas de julgar os sujeitos que por suas condições não conseguem sobreviver, atomizando-os e deslocando do coletivo e da análise das condições da sociedade capitalista.** (Couto, 2015, p. 669 grifo nosso),

Junto à isso, soma-se a ideia da dignificação do trabalho¹³ imposta pelo Estado e legitimada pela ideologia burguesa que embute na classe trabalhadora o trabalho como virtude do homem, isto é, o homem será apenas digno se possuir algum trabalho seja ele qual for, independente das condições impostas.

Logo, diante da nova morfologia do trabalho¹⁴, as expressões da questão social são acentuadas não existindo uma nova questão social, mas sim novas formas de reprodução das mesmas, assim, enquanto o capitalismo for o sistema vigente a questão social existirá, já que o capitalismo é o grande, e, único produtor da mesma.

¹³ A noção ideológica do “Estado acima das classes” é acompanhada da intensa reiteração da noção ideológica do trabalho e da harmonia social. Como visto, esta noção está fortemente presente na própria origem e constituição do mercado de trabalho. O trabalho será apresentado como virtude universal do homem, como atividade que cria riquezas, que propicia o desenvolvimento da sociedade. [...] As pessoas que trabalham estarão naturalmente unidas entre si, solidariamente, porque trabalham. Reiteram-se os pontos comuns e obscurece-se a clivagem de classes. Para o capitalista o trabalho é meio e fim; para o operário, preso a essa noção ideológica, o trabalho é meio de libertar-se e não apenas de exploração. (Carvalho; Yamamoto, 2005, p. 154).

¹⁴ Nova morfologia que, no Brasil, compreende desde o operariado industrial e rural clássicos até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados e temporários. Nova morfologia que presencia a ampliação de proletários do mundo industrial, de serviços e do agronegócio, de que são exemplos também as trabalhadoras de telemarketing e call-center, além dos digitalizadores que laboram (e se lesionam) nos bancos e que se desenvolvem na era digital, da informática e da telemática, dos assalariados do fast-food, dos trabalhadores jovens dos hipermercados, dos motoboys que morrem nas ruas e avenidas, usando suas motocicletas para transportar mercadorias e etc. (Antunes, 2020, p.139).

CAPÍTULO 2 - O TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL DO SUAS

O capitalismo, com a crise do capital nos anos 70 e 80, se reestrutura seu modelo de produção mudando dos modelos fordista/kanesiano para o modelo taylorista focalizado na implementação de tecnologia no seu processo de produção. Com isso, as condições do processo de trabalho tornam-se mais precarizadas, transformando as relações trabalhistas em terceirizadas estruturadas por subcontratos. (Faleiros, 2008).

Vale frisar que, para Marx (2017) o trabalho como um processo entre o ser humano e a natureza, onde ocorre a transformação desta pelo ser humano em favor de suas necessidades.¹⁵ Assim, será através do trabalho que o ser humano, como ser social passivo da sua condição ontológica, combaterá a alienação presente no cotidiano da vida humana no sistema capitalista. Contudo, para o capitalismo o trabalho será baseado numa nova perspectiva, melhor dizendo, o trabalho se tornará, o que a ABEPSS (2006) sublinha em seu texto, trabalho alienado na qual representa-se pela exploração do trabalho do homem por outro homem, tendo como objetivo aumentar o acúmulo de riquezas ao invés de responder às necessidades humanas. Posto isto,

Os indivíduos entram no mercado de trabalho como pessoas dotadas de um caráter, como indivíduos inseridos em redes de relações sociais socializadas de diferentes maneiras, como seres físicos identificáveis por meio de certas características (como fenótipo e gênero), como indivíduos que acumularam várias capacidades (por vezes designadas como “capital humano”) e como seres humanos que têm sonhos, desejos, ambições, esperanças, dúvidas e temores. Mas, para os capitalistas, esses indivíduos são um mero fator de produção, ainda que não fator indiferenciado, já que os empregadores exigem uma mão- de- obra com certas qualidades, como força física, capacidades especialidades, flexibilidade, docilidade etc... apropriadas para a realização de certas tarefas. Os trabalhadores são empregados por meio de contratos, e no esquema neoliberal de coisas de coisas preferem-se contratos de curto prazo a fim de maximizar a flexibilidade. (Harvey, 2008, p.n).

Nesse sentido, de acordo com Abramides (2019), o neoliberalismo deu seus primeiros passos no Brasil no final do governo, Aliança Democrática, de José Sarney em 1988. No entanto, foi no governo Collor de Mello (1989) que o neoliberalismo se fomentou no país.

A vitória eleitoral de Collor de Mello no Brasil chancela a oportunidade de instaurar no país o neoliberalismo de orientação macroeconômica imposta pelo imperialismo norte- americano. [...] **O combate à inflação no governo Collor se realiza por uma política ofensiva de desmanche do Estado e de privatizações [...].** (Abramides, 2019, p.149 grifo nosso).

¹⁵ Marx (2017) salienta que, a condição ontológica é a condição que torna o ser humano diferente do animal, já que essa condição torna o ser humano um ser social pensante.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) que o neoliberalismo, durante a década de 1990, tornou-se um projeto avassalador com a privatização de empresas estatais, com uma redução (estratégica) do Estado diante ao setor público numa proposta¹⁶ ampla contrarreforma havendo, portanto, um aumento significativo da riqueza da classe burguesa em detrimento do crescimento do desemprego, precarização das condições de trabalho e terceirização do trabalho. Sobre isso Harvey (2008) pontua que

No âmbito da neoliberalização, emergente no cenário mundial a figura prototípica do “trabalhador descartável”. São abundantes os relatos das condições de trabalho estereotipadas e despóticas em que trabalham os operários das chamadas sweatshops, uma forma moderna de trabalho semi- escravo. (p.n).

Nessa perspectiva, o Serviço Social inserido na divisão social técnica do trabalho atua “como produto da sociedade, o Serviço Social consiste na mediação entre a produção material e a re- produção do sujeito para esta produção, e na mediação da re- apresentação do sujeito nesta relação.” (Faleiros, 2006, p. 100). Desse modo, o Serviço Social inserido nesse contexto social e histórico caracterizado por relações complexas entre os processos de luta e empoderamento da classe trabalhadora se vendo “diante de desafios oriundos de mudanças no capitalismo, de mudanças institucionais, como de mudanças societárias e na família” (Faleiros, 2008, p. 40).

O profissional introduzido no SUAS se vê diante de condições improvisadas, acríticas funcionalistas e imediatas, onde a desprofissionalização e a pouca e/ou má capacitação impactam no serviço prestado aos usuários restaurando, assim, lógicas e técnicas conservadoras e clientelistas tão presentes na história da assistência social. (Bizarria;Pereira;Tassigny, 2017).

Dessa maneira, Faleiros (2006) enfatiza que

O assistente social precisa, assim, coadjuvar a ação dos dominados, fornecendo alternativas concretas, específicas e eficazes para que a dinâmica do conflito e o encaminhamento de soluções sejam favoráveis aos interesses dos dominados. Sem teoria não há alternativa, não há construção do específico, da eficácia e do conflito. (p.110).

Nesse contexto, a assistência social, por ser uma política com características assistencialistas aqui já citadas, transmite para a sociedade o/a assistente social não como um/

¹⁶ Soares (2002) afirmar que “Um dos componentes ideológicos por trás desse tipo de proposta é a idéia de que o setor público caracteriza-se, por princípio, em qualquer circunstância, como ineficiente e ineficaz, ao contrário do setor privado, o único a possuir uma “racionalidade” e uma “vocação” capazes de levar ao crescimento econ mico.” (p.40).

uma profissional, mas sim uma pessoa de cunho caritativo, um ser bondoso, revivendo a figura que a profissão possuía no início de sua profissionalização.

A profissão se caracteriza apenas como uma nova forma de exercer a caridade, mas como forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial; seus efeitos são essencialmente político: o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais vigentes, reforçando a mútua colaboração entre capital e trabalho. (Iamamoto, 2004, p.20).

Assim, o Serviço Social acaba sendo visto pelo Estado como uma “atividade secundária” (Iamamoto, 2004, p.42), com a função de preservar a ordem vigente controlando a parcela dominada da sociedade. Por isso, o/a profissional dispende de políticas públicas paliativas, condições de trabalho péssimas se vê num cotidiano cada vez mais conservador.

Vale enfatizar que muito dessa concepção que o Serviço Social é possui tanto pela sociedade quanto pelo Estado, se dá pela presença do conservadorismo dentro da profissão, cujo se expressa não apenas uma forma de preservar um conjunto de idéias oriundas da Europa do século de XIX, mas de idéias nas quais são reinterpretadas em projetos de ação que ratificam a ordem capitalista mediante aos seus costumes (Iamamoto, 2004). Nessa perspectiva, a profissão vai utilizar-se da moralização como base das suas ações técnicas para com os usuários, influenciado pela Igreja, posto que a mesma vê a questão social como uma questão moral e religiosa e não como uma questão econômica e política (Barroso, 2005). A mesma autora vai dizer que, a moral é uma necessidade de cada indivíduo, no qual apresenta-se a partir do desenvolvimento da sociabilidade de cada um, porém vinculada ao cotidiano a mesma perde seu caráter livre de sua gênese ontológica. Dessa maneira, a moral passa a assumir um papel normativo estruturado por um nível de coerção, fazendo agora que “[...] os indivíduos aceitem a reproduzam as normas vigentes”. (Barroco, 2005, p.58), sendo estas normas produzidas e favoráveis à classe burguesa .

Dessa maneira, mesmo construindo um caminho contra suas origens conservadoras o Serviço Social vai encontrar em seu cotidiano de trabalho, em especial a assistência social, inúmeros percalços, como por exemplo as ações burocráticas do Estado que criam políticas imediatistas, cujo “Os efeitos da exploração capitalista do trabalho são reconhecidos e transformados em “problemas sociais”, justificadores da ação profissional; mas não se colocam em questão as razões históricas dessa exploração.” (Iamamoto, 2004, p.29).

2.1 - O processo de trabalho do assistente social no SUAS

Faz-se necessário, neste estudo, analisar o processo de trabalho da/o assistente social com o intuito de avançar na temática sobre as contribuições da educação permanente do SUAS para o Serviço Social, enquanto uma categoria profissional.

O Serviço Social se legitima como profissão fundamentado na necessidade do Estado de mediar as relações sociais entre a classe trabalhadora e burguesia (Yazbek, 2009), isto é, o Serviço Social será utilizado como instrumento¹⁷ do Estado para o controle da classe trabalhadora através das políticas sociais, para Carvalho e Iamamoto (2005) ”O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana”. (p.77). À vista disso, a profissão surge para atuar sobre a questão social, objeto da intervenção da/o assistente social.

A institucionalização e legitimação do Serviço Social como profissão, no Brasil, têm como fundamento processos de reprodução social da vida, e nestes, particularmente, as diversas manifestações da questão social, como a pobreza, a subalternidade e a exclusão social. (Yazbek,2009, p.13).

Nesse segmento, ressalta-se a dualidade no qual o processo de trabalho da/o assistente social está inserido “[...] como trabalho útil e abstrato[...]” (Iamamoto, 2014, p. 415). O Serviço Social inserido na divisão social e técnica do trabalho se condiciona as deliberações de seu empregador.

Ou seja, durante o período em que trabalha, sua atividade é socialmente apropriada por outro: o sujeito que trabalha não tem o poder de livremente estabelecer suas prioridades, seu modo de operar, acessar todos os recursos necessários, direcionar o trabalho exclusivamente segundo suas intenções, o que é comumente denunciado como o “peso do poder institucional”.(Iamamoto, 2014, p.422).

De acordo com Iamamoto (2014), a/o assistente social vai intermediar as demandas, provenientes das expressões da questão social, apresentadas pela classe trabalhadora ao mesmo tempo que atende às exigências do Estado, isto é, nas palavras de Faleiros (2007)

A ordem social pública, a paz social, a integração, enfim, não só a reprodução da força de trabalho, mas a reprodução de sua aceitação da ordem social dominante são fundamentais para o funcionamento da acumulação a longo prazo, o que não se faz em hegemonia e sem dominação, e, portanto, sem luta e consenso, concessão e imposição. (p.78).

¹⁷ Segundo Guerra (2000), a instrumentalidade do Serviço Social face ao projeto burguês, isto é, a categoria é usada como instrumento para a manutenção da ordem vigente, uma vez que sua intervenção com os usuários acarreta na reprodução social capitalista, sendo também uma forma de controle social.

Por outro lado, ainda segundo Iamamoto (2014), a/o assistente social vai afirmar à classe trabalhadora o acesso a recursos e serviços, cujos direitos são estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, a partir das lutas travadas pela classe com a burguesia. Dessa maneira, o Serviço Social atuará no interior do antagonismo entre as classes, já que a partir da década de 80 o processo societário estabelecerá a defesa da categoria em prol da classe trabalhadora.

Ao estudar sobre o cotidiano de trabalho do assistente social deve-se dar importância às tensões existentes entre os projetos societários, sobretudo, no contexto de contra-reformas instauradas no país durante os anos 1990, visto que estes terão maneiras distintas de responder as expressões da questão social, sendo esta será o objeto de trabalho do assistente social.

Conforme Iamamoto (2014), o primeiro projeto terá como finalidade retificar os princípios da seguridade social norteados pela Constituição Federal.

[...] Aposta no avanço da democracia, fundada na participação e do controle popular; na universalização dos direitos e, em consequência, da cobertura e do atendimento das políticas sociais; na garantia da gratuidade no acesso aos serviços; na integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da igualdade.(p.197).

Todavia, o segundo prioriza o reajuste financeiro em detrimento a seguridade social, norteados pelo Plano Diretor do Estado.

[...] No processo de sua regulamentação legal, as normas constitucionais relativas aos direitos sociais, o que atinge profundamente a seguridade social. Essa regulamentação ratifica a subordinação dos direitos sociais à lógica orçamentária a política social econômica e subverte o preceito constitucional. (Iamamoto, 2014, p. 197).

Assim sendo, o Serviço Social ao mesmo tempo que avança em seu trabalho de legitimação da seguridade social, em concordância com seu projeto ético-político¹⁸, com a participação de profissionais nos processos de elaboração, gestão, monitoramento e avaliação, nos diferentes níveis da federação. O mesmo permanece com ações conservadoras, presentes na profissão desde do seu início, com práticas clientelistas que reiteram a produção e reprodução do capital (Iamamoto, 2014).

A precarização do processo de trabalho, oriunda das ações impostas pelo Estado no contexto neoliberal afetará diretamente as condições de trabalho dos trabalhadores do SUAS, entre eles as/os assistentes sociais (Freitas, 2017). Dessa maneira, a reprodução de condutas

¹⁸ Será mencionado mais adiante.

conservadoras está vinculada com a precarização do processo de trabalho no qual a/o assistente social está inserida.

A afirmativa exposta acima perpassa pelas atuações do Estado neoliberal em defesa da ordem capitalista, de acordo com Harvey (2008), essas ações possuem como marca a prática hostil do Estado para com as entidades e movimentos sociais nos quais dispõem como pauta a organização política da classe trabalhadora e estudiosos contrários às movimentações neoliberais.

Enfatiza-se que, uma das ações mais destrutivas do capitalismo em relação à classe trabalhadora é a flexibilização do mercado de trabalho, já que a “flexibilidade se torna o mantra dos mercados de trabalho” (Harvey, 2008). Nesse sentido, o mesmo autor pontua que, ao passo no qual a flexibilização aumenta a acumulação de capital, por parte da classe burguesa, a mesma deixará a classe trabalhadora em total desvantagem, em virtude a todos os ataques que os direitos trabalhistas sofreram.

O resultado geral se traduz em baixos salários, crescente insegurança no emprego e, em muitos casos, perdas de benefícios e de proteções ao trabalho. Podemos discernir prontamente essas tendências em Estados que seguiram o caminho neoliberal. Dado, o violento ataque a todas as formas de organização do trabalho e aos direitos do trabalhador, a que se direciona o amplo recurso a reservas de mão- de- obra numerosas mas altamente desorganizadas [...]. (Harvey, 2008).

Nesse contexto, durante os governos FHC o neoliberalismo foi instalado de forma precisa no Brasil, visto que ocorre a redução do custo com as políticas sociais e o orçamento público, por meio de impostos, recaindo, dessa maneira em cima da classe trabalhadora que vê, em escala cada vez maior, o governo mercantilizar políticas sociais básicas, como por exemplo a saúde, a habitação, a educação e a previdência. As políticas sociais criadas durante o governo tinham como propósito não a legitimação de direitos sociais, mas sim a reprodução da filantropia assistencialista, tendo como exemplo o Programa Comunidade Solidária¹⁹, criado em 1995 com a premissa de “Combate à Fome e à Pobreza”.

¹⁹“O Programa Comunidade Solidária se dirigia ao “Combate à Fome e à Pobreza” em cinco áreas, respectivamente: a) alimentação e nutrição; b) desenvolvimento rural; c) serviços urbanos; d) defesa de direitos e promoção social; e) geração de emprego e renda. As cinco áreas contidas no Programa Comunidade Solidária deveriam se constituir em políticas sociais e de emprego, porém se restringiam a meros subitens de um único programa de caráter emergencial que ocorreu por meio de a) desresponsabilização do Estado diante das políticas públicas; b) deslocamento de políticas e programas sociais centralmente para o campo emergencial; c) ausência de reformas estruturais que consideram a distribuição de renda e de riqueza; d) programas “compensatórios” em vez de políticas sociais públicas; e) direcionamento aos bolsões de miséria desvinculados de uma política econômica de emprego; f) mercantilização e assistencialismo que caminham juntos na negação do Estado em relação à política social pública; g) retorno às políticas filantrópicas em uma refilantropização da política, de acordo com os interesses das grandes corporações” (Abramides, 2015, p.156-157).

Dessa maneira, o Estado brasileiro fica progressivamente mais reduzido transformando os fundos públicos em privados (Abramides, 2019). Então, conforme o neoliberalismo avança ocorre o dismantelamento das políticas sociais com atuação mínima do Estado conduzindo, assim, a classe trabalhadora a um alto nível de empobrecimento.

À medida que reduz os recursos dedicados ao bem estar social e reduz seu papel [...], o Estado vai deixando segmentos sempre crescentes da população expostos ao empobrecimento. A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. (Harvey, 2008).

Por conseguinte, entendendo que “[...] trabalhar no SUAS exige, cada vez mais [...]” (Fernandes, 2017, p. 126), uma vez que a Assistência Social, como diz Boschetti (2015), nos tempos de crise do capital e de redução do Estado não atuará como uma política social pública de direito, mas como uma política subsidiária da reprodução da força de trabalho garantidora de uma renda mínima ao consumo da classe trabalhadora possuindo, dessa maneira o mesmo caráter assistencialista, como antes da implementação da LOAS²⁰, e advinda de um projeto que pretende a precarização do serviço público em benefício do setor privado, a aquisição de funcionário através de contrato, não em forma de concurso público, restringe não apenas a qualificação do serviço prestado, mas também da autonomia que o trabalhador deve possuir ao efetivar o seu trabalho. Nesse sentido, segundo Raichelis (2011)

Essa questão no âmbito da política de assistência social emerge em meio ao fogo cruzado em que se encontra o trabalho assalariado na sociedade capitalista contemporânea, particularmente a partir das consequências desastrosas das medidas de ajuste neoliberal desenhadas pelo Consenso de Washington e implementadas no Brasil na década de 1990. (p.43).

Dessa maneira, as/os assistentes sociais²¹ se vêm pressionados a realizarem as deliberações das conjunturas vigentes, logo, reafirmando a dialética imposta pelo sistema capitalista onde, como nos diz Marx (2017) sobre o fetichismo de mercadoria, o trabalhador se converte em mercadoria para o capitalista, ou seja, o mesmo valerá apenas enquanto puder produzir (capital) e reproduzir o sistema, assim, esquecendo de sua condição ontológica.

²⁰ Ou seja, vista com uma ação de ajuda à população em situação de vulnerabilidade (classe trabalhadora), potencializando a ideia filantrópica e não de viabilização de direitos, como dito no capítulo anterior.

²¹Fernandes (2017) destaca que, a assistência social por ser uma área multiprofissional contém em sua equipe profissionais cujo os currículos nem sempre possuem em seu conteúdo temas direcionados aos “[...] processos formativos o estudo sócio- histórico, crítico e estrutural no Brasil [...]” (p.129), mas o seguinte trabalho focará sua análise nas/nos assistentes sociais.

Essa precariedade das relações trabalhistas impostas a essas profissionais que atuam na esfera da assistência social se apresenta como estratégia do capital em prol do projeto de acumulação e dominação a alienação, a falta de garantia e a retirada subreptícia da estabilidade funcional do trabalhador impossibilitam sua mobilização, bem como, a dominação ideológica funcionam com estratégias de manutenção de poder por parte do capital e de seu grupo social, por meio da violência simbólica e do controle intelectual do processo de trabalho. (Freitas, 2017, p. 52).

Nessa lógica, será nesse espaço ocupacional do SUAS no qual a/o assistente social irá atuar como trabalhador, espaço esse que apresenta:

- Imensa desigualdade ou disparidade salarial entre as esferas de governo: federal, estadual e municipal, sendo que as piores condições estão nos executivos municipais (em especial as cidades de pequeno porte) que concentram o maior número de trabalhadores do SUAS;
- Reduzidos salários, o que obriga muitos profissionais a duplos ou triplos contratos de trabalho;
- Condições de trabalho precarizadas ou total falta de condições técnicas, como inexistência de espaço físico exclusivo, ausência de equipamentos para guarda de material, ou de equipamentos para a realização do trabalho, a exemplo de carros para visitas domiciliares, computadores com internet, material específico e especializado nos CRAS e CREAS;
- Intensificação das rotinas de trabalho, em decorrência do aumento das demandas e incompatibilidade com o quadro de trabalhadores;
- Desconhecimento, desvalorização ou desqualificação profissional, o que provoca demandas de trabalho estranhas às competências e atribuições profissionais;
- Desregulamentação dos direitos, endurecimento dos processos de trabalho e fragmentação das tarefas, o que leva a um processo de diluição das particularidades e especificidades profissionais: o assistente social é chamado a fazer tudo e qualquer coisa, o que dificulta, inclusive, o trabalho interdisciplinar; (Boschetti, 2015, p.n).

Nessa perspectiva, a área da assistência social impõe a categoria uma zona cheia de conflitos, dado que ao mesmo tempo que proporciona o acesso à direitos, estes resultados de lutas por parte da classe trabalhadora, também é um campo de controle, dessa mesma classe, e de mediação de conflitos entres as classes por parte do Estado

É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida vida em sociedade. (Iamamoto, 2008, p. 28).

Portanto, a/o assistente social mediará as relações sociais, baseadas no trabalho, determinadas pelo sistema capitalista através das políticas sociais, neste caso a Política de Assistência Social, onde, segundo Harvey (2008), o trabalhador individualizado diante de contratos trabalhistas mais curtos e desprovidos de direitos sem qualquer tipo de estabilidade deparasse com usuários nas mesmas condições, ou até pior.

2.2 - Conservadorismo e Serviço Social

No capitalismo monopolista a questão social é tratada de forma moralizadora buscando despolitizar o processo de luta de classes e o conflito capital/ trabalho. Desse modo, as respostas dadas pelo Estado, as sequelas da questão social são de cunho moralizador visando torná-la um problema individual de cada pessoa.

O Estado estabelece uma mediação ético- moral entre os indivíduos e a sociedade, com isso, burocráticas, impessoais, temente de suas funções coercitivas, burocráticas, impessoais para torna-se um espaço de relações “humanitárias”. Através de um discurso ético universalizante, fragmenta as necessidades das classes trabalhadoras, transforma seus direitos em benefícios do Estado, subordina os indivíduos a várias formas de discriminação, responsabiliza-os pela sua condição social, despolitiza suas lutas, restringe suas escolhas, contribuindo para a reprodução de uma moralidade subalterna. (Barroco, 2005, p.86).

Nessa lógica, considerando que o Serviço Social está condicionado ao Estado o mesmo apresenta-se como

[...] um fenômeno típico da sociedade capitalista em seu estágio monopolista; portanto, o desenvolvimento da natureza de sua ética só adquire objetividade se analisada em função das necessidades e possibilidades inscritos em tais relações sociais. Em face das demandas e objetivos, se transforma e se consolida como uma das dimensões específicas da ação profissional. (Barroco, 2004, p.68).

Dessa maneira, o conservadorismo está presente na profissão desde sua origem, visto que sua formação profissional baseou-se, inicialmente “[...] no projeto social da Igreja Católica e na cultura brasileira, através das ideias positivistas.”(Barroco, 2005, p. 74). A abordagem dos/das assistentes sociais era focalizada na moralização do usuário trazendo suas concepções morais para o atendimento reproduzindo, assim, uma alienação moral. Isto posto, o Serviço Social vai legitimar o projeto societário conservador da classe burguesa, a fim de evitar o "desequilíbrio" na ordem social estabelecida pelos conflitos entre as duas classes.

A Igreja Católica obteve uma importante influência dentro do Serviço Social atendendo as instruções das encíclicas papais cujo serviram como únicas referências teóricas e técnicas da profissão. Esse referencial estava direcionado à uma ideologia tendo uma função política, na qual orientava a classe trabalhadora a aceitar sua condição de exploração, naturalizando a mesma. Como por exemplo²²,

²² Além disso, a Igreja também era contra os ideais socialistas, reforçando o capitalismo como sistema “escolhido” por Deus. [...] Os Socialistas, para curar este mal, instigam nos pobres o ódio invejoso contra os que possuem, e pretendem que toda a propriedade de bens particulares deve ser suprimida, que os bens dum

O primeiro princípio a pôr em evidência é que o homem deve aceitar com paciência a sua condição: é impossível que na sociedade civil todos sejam elevados ao mesmo nível. E, sem dúvida, isto é o que desejam os socialistas; mas contra a natureza todos os esforços são em vão. Foi ela, realmente, que estabeleceu entre os homens diferenças tão múltiplas como profundas [...]. (Leão XIII, 1891, p.7).

Quanto aos deserdados da fortuna, aprendam da Igreja que, segundo o juízo do próprio Deus, a pobreza não é um opróbrio e que não se deve corar por ter de ganhar o pão com o suor do seu rosto. É o que Jesus Cristo Nosso Senhor Confirmou com Seu exemplo. (Leão XIII, 1891, p.11).

À vista disso, conforme Castro (2000), a Igreja Católica com suas encíclicas estabeleceu uma matriz ideológica, na qual segmentos da sociedade, sobretudo, o Serviço Social irão basear suas práticas cotidianas. Sendo assim, a categoria terá presente no seu cotidiano profissional ações conservadoras pautadas, apenas, em leis divinas estipuladas pela Igreja, não possuindo uma reflexão ética crítica acerca da realidade na qual estava inserido, colaborando para a reprodução da doutrina capitalista (Barroco, 2005).

Vale destacar que, a reflexão ética supõe um rompimento com as ações cotidianas, objetivando a superação de ações imediatistas voltadas apenas para o “eu” “[...] ampliando as possibilidades de os indivíduos se realizarem como indivíduos se realizarem como individualidades livres e conscientes.”(Barroco, 2005, p.55). Então, o/a assistente social, no início da profissão, não vai dispor em seu processo de trabalho uma reflexão ética, dado que o Serviço Social irá propor “ [...] uma ação educativa entre a família trabalhando, numa linha não apenas curativa, mas preventiva dos problemas sociais.”(IAMAMOTO, 2004, p.20).

Dessa maneira, o Serviço Social terá ao longo de sua história traços que mostram intenções de ruptura com o conservadorismo. Pode-se citar, por exemplo, o caminho no qual a categoria executou durante os anos de 1960 e 1970, isto é, o movimento de renovação do Serviço Social no Brasil²³.

Nesse sentido, a categoria visualizando os movimentos sociais, oriundos do contexto histórico da década de 1980²⁴, se vê sensibilizada pelos questionamentos políticos feitos pela sociedade existindo, dessa maneira, uma real intenção de ruptura com as ideias conservadoras. Nessa direção, Iamamoto (2004) destaca que, a ruptura com a herança conservadora, por parte da profissão, se dá pela procura de bases que legitimem as ações profissionais identificando ao mesmo tempo na realidade as contradições ali presentes atendendo, portanto, às demandas

indivíduo qualquer devem ser comuns a todos, e que sua administração deve voltar para os Municípios ou para o Estado.”(Leão XIII, 1891, p.2).

²³ Vale realçar que neste trabalho não se pautará no movimento de renovação do Serviço Social no Brasil, apenas o utilizará como exemplo de tentativa de rompimento com o conservadorismo pela profissão.

²⁴ Segmentos da sociedade brasileira, através de movimentos sociais, aclamavam a redemocratização do país pedindo o fim do regime militar e leis que estabelecem direitos sociais.

dos usuários. Existe, também, dentro da preocupação com a qualidade técnica da prática profissional a criação de estratégias que visam sistematizar e potencializar o trabalho do/da assistente social como uma forma concreta de fugir do processo de dominação capitalista.

Assumindo essa perspectiva crítica, o/a assistente social deixa de ser apenas um mero executor de políticas sociais e ocupará o papel de profissional crítico reflexivo que consegue enxergar, em sua totalidade, os problemas apresentados pelos seus usuários, mas também as dificuldades que o mesmo se depara, enquanto classe trabalhadora, durante seu processo de trabalho.

O/A profissional que trabalha na área da assistência social²⁵ possui como finalidade de seu trabalho

[...] transformar a maneira de ver, de agir, de se comportar e de sentir dos indivíduos em sua inserção na sociedade. Essa ação incide, portanto, sobre o modo de viver e de pensar dos trabalhadores, a partir de situações vivenciadas no seu cotidiano, embora se realize através da prestação dos serviços, previstos e efetivados pelas entidades a que o profissional se vincula contratualmente. (Iamamoto, 2004, p.40).

Ou seja, o/a assistente social fica condicionado às exigências do órgão no qual trabalha, visto que este também precisa vender sua força de trabalho, e as necessidades de sua clientela, evidenciando a relativa autonomia que a profissão possui, logo

Não sendo este um profissional liberal, já que sua atuação realiza-se através dos organismos da sociedade civil e, especialmente do Estado, estes organismos constituem as “pontes” das relações entre profissional e as classes sociais. (Iamamoto, 2004, p.45).

Entretanto, por deter certas prerrogativas, como por exemplo um Código de Ética, o/a profissional do Serviço Social tem autonomia para escolher como vai proceder seus atendimentos ou se negar a fazer tarefas que não lhe compete, todavia o mesmo não pode ultrapassar as determinações impostas pelo seu empregador.

A burocracia, um conjunto de regras que regem um modo de organização com o objetivo de conseguir, com eficiência, os fins propostos (Faermann; Silva, 2005), é um exemplo nítido da ação conservadora que condiciona a autonomia do/da assistente social durante o seu processo de trabalho.

Para o profissional de Serviço Social, inserido na divisão sociotécnica do trabalho, e levando em consideração que muitos de seus instrumentos de intervenção perpassam pelo campo da documentação, identifica-se um risco iminente no cumprimento de protocolos, imposto pela necessidade de responder às demandas que emergem no

²⁵ Em outras áreas também, mas focaremos na área da assistência social.

seu cotidiano de trabalho de forma metódica e acelerada. (Faermann; Silva, 2005, p.55).

Portanto, o sistema burocrático presente na assistência social favorece a dinâmica do imediatismo, o senso comum e a alienação ocorrida no cotidiano fazendo o profissional perder, dia após dia, sua reflexão ética contribuindo para ilegitimidade da Política de Assistência Social, uma vez que favorece a [...] reprodução de componentes alienantes; pode colocar-se como espaço de prescrições morais; favorecer a ideologia dominante; obscurecer os nexos e as contradições da realidade; fortalecer o dogmatismo e a dominação [...]. (Barroco, 2005, p. 56). Logo, o cotidiano de trabalho impulsionado pela burocracia e pela cobrança, no que tange ao quantitativo de casos solucionados levam o/a assistente social à institucionalização, assim, ao esquecimento do projeto social e político na qual a profissão está comprometida. Todo esse ciclo acaba levando o/a assistente social a se afastar do usuário dificultando a criação de um vínculo entre os mesmos, facilitando o seu pré-julgamento.

Desse modo, o papel do/da assistente social fica cada vez mais restrito ao preenchimento de dados, perdendo a reflexão crítica da realidade em sua totalidade, não conseguindo chegar à finalidade se duas ações nas quais se estabelecem pelo acesso dos usuários aos seus direitos, todavia, como diz Boschetti (2015), o Serviço Social dentro da Assistência Social não pode deixar se submeter às regras institucionais e/ou aos programas governamentais, visto que são as atribuições e competências do Serviço Social que devem direcionar os programas e serviços dessa política para, desse jeito, defender a Política de Assistência Social como parte da seguridade social compondo o sistema de proteção social entendendo, também, que a mesma não pode ser considerada como uma política de excelência de enfrentamento, por completo, da miséria e da desigualdade.

CAPÍTULO 3 - EDUCAÇÃO PERMANENTE E SERVIÇO SOCIAL

A Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (PNEP/SUAS), em sua toda sua trajetória, almeja o reconhecimento da Assistência Social como uma política pública, pertencente à seguridade social, compreendendo que para alcançar tal finalidade era valorizar os/as trabalhadores/as, e seus processos de trabalho, dessa política. Dentro do sistema capitalista o/a trabalhador/ra se vê obrigado a trabalhar na assistência social, visto que em detrimento de sanar suas necessidades é forçado a vender sua força de trabalho perdendo, dessa forma, a oportunidade de seguir e/ou cumprir seus desejos

profissionais, somando-se à isso com as ações de desmantelamento da política de assistência social, por parte de Estado, o/ a trabalhador/a não enxerga em seu próprio trabalho um prazer transferindo para os atendimentos ao seus usuários as consequências negativas que os mesmos vivenciam todos os dias durante o seu processo de trabalho. Dessa maneira, Fernandes (2007) irá dizer que

Quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela frequentemente se converte num esforço penoso, alienante, aprisionando os indivíduos de modo unilateral. Se por um lado necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. (Antunes, 2005, p.14 apud p.210).

Nesse sentido, a PNEP/SUAS não visa apenas processos de formação formal dos/das profissionais da Assistência Social, mas sim objetiva, numa visão mais ampla, dotar esses/essas profissionais de ferramentas cognitivas e operativas que os/as possibilitem de construir suas próprias identidades dentro desse espaço sócio ocupacional, suas compreensões mediante a realidade na qual estão inseridos/as e seus julgamentos externados em suas condutas nas resoluções dos diversos casos os quais se apresentam durante seu cotidiano de trabalho (Brasil, 2013). Logo, a PNEP/SUAS pretende que o/a trabalhador/a da Assistência Social consiga, por meio de ações formativas, apreender novos conhecimentos para, assim, gerar novas habilidades e, por fim, engendrar novas reflexões as quais contribuiram para uma gradual mudança de atitudes tanto no processo, quanto na vida pessoal.

Dentro da Assistência Social o trabalho do/da assistente social se apresenta através da mediação de relações sociais e intersubjetivas, de um lado, entre equipes de trabalho, e de outro, com famílias, indivíduos, coletivos e populações, logo, tratando-se de um trabalho que envolve o contato com diferentes pessoas as quais apresentam as mais variadas expressões da questão social (BRASIL, 2013). Tendo em vista essa percepção, o Serviço Social considera que a educação permanente segue a concepção de qualificação do profissional, no que tange ao entendimento das novas formas nas quais a questão social apresenta-se na sociedade neoliberal. Com a finalidade de suportar a herança conservadora do início da profissão que perpetua até os dias de hoje no cotidiano do assistente social a

educação permanente no exercício profissional para além do requisito de empregabilidade implica na estratégia de inserção permanência qualificada dos assistentes sociais no mercado de trabalho contemporâneo, não na subserviência funcional a ordem de acumulação do capital, mas na perspectiva de uma formação crítica, construção de práticas emancipatórias junto à classe trabalhadora, defesa intransigente dos direitos sociais e humanos e construção de uma nova sociabilidade. (Nascimento; Oliveira, 2016, p. 137)

De acordo com Francisco (2020), a abordagem teórica da educação permanente proporciona aos assistentes sociais o aporte necessário aos assistentes para visualizarem e assimilarem de uma melhor forma o processo de fragilização dos contratos de trabalho, das condições de trabalho e o desmantelamento das políticas sociais, ocorridas durante o século XX, na tentativa, portanto, de romper com a lógica conservadora presente tanto na profissão, quanto na política de Assistência Social.

[...] Ou seja, analisar as alterações no conteúdo do trabalho no que diz respeito às novas demandas profissionais, à reatualização de demandas de conteúdo conservador e às alterações nas reais condições e relações de trabalho a que se veem submetidos os assistentes sociais. Mais do que nunca, será preciso flagrar a realidade cotidiana do trabalho profissional, em suas diferentes dimensões, pelas lentes teóricas que privilegiam captar as contradições inerentes a essas pressões e às possíveis formas coletivas de organização e resistência. (Francisco, 2020, p.156-157).

Nessa perspectiva, a qualificação e capacitação dos/das profissionais do Serviço Social, por intervenção da educação permanente, não deve ser pensada na lógica tecnicista de empregabilidade, mas como uma forma de organização coletiva da classe cujo objetivo contribuir com a defesa e proteção dos direitos sociais e com a melhoria nas condições de trabalho da classe (Fernandes, 2007).

À vista disso, a segunda parte deste capítulo busca trazer por meio das experiências de estágio na Subsecretaria Municipal de Assistência Social do município de Mesquita, localizado na baixada fluminense do estado do Rio de Janeiro, na área da Gestão da Educação Permanente o processo de implementação desta política e como a mesma pode intervir no cotidiano de trabalho dos/das profissionais do SUAS, fundamentalmente, dos/das assistentes sociais.

3.1 - Educação permanente do SUAS

Para a PNEP/SUAS é fundamental a análise dos debates oriundos das Conferências Nacionais de Assistência Social, já que é a partir desse espaço que surgem as primeiras discussões sobre capacitações para trabalhadores e trabalhadoras do SUAS.

Tudo começa em 1995, quando a I Conferência Nacional de Assistência Social concentrou-se em torno do debate sobre “Assessoria e treinamento de pessoal” se centrando na

Necessidade de oferta de “treinamento” aos municípios por parte dos governos federal e estadual, visando à implementação das novas responsabilidades atribuídas àquele ente federativo: “criar conselhos e fundos, formular Planos de Assistência Social e executar programas e projetos”. (Brasil, 2013, p.14).

Todavia, vale destacar que a Conferência não definiu concretamente como se efetivaria os “treinamentos” profissionais. Já a II Conferência, de 1997, teve como único pleito referente ao trabalhador a criação de concursos públicos para contratação de profissionais para compor as equipes em nível municipal, tendo prazo para sua realização até dezembro de 1998 (Brasil, 2013). Salienta-se que o trabalhador e seu respectivo processo de trabalho tornam-se focos centrais das próximas conferências possuindo um tratamento específico, dado que na III Conferência, realizada em 2001, a deliberação pontuou a necessidade de “Elaborar e implementar uma política nacional de capacitação continuada (...) nas três esferas de governo, financiada com recursos do FNAS (...) e executada de forma descentralizada e regionalizada.” (Brasil, 2013, p.16).

Nesse sentido, os pontos argumentados giravam em torno desta deliberação²⁶, como por exemplo a “necessidade de elaboração e implementação de uma Política Nacional de Capacitação Continuada, com definição de seu público (conselheiros, gestores, profissionais, prestadores de serviços e usuários nas esferas de governo)”. (Brasil, 2013, p.15).

Seguindo nessa perspectiva, o ano de 2003 representou um marco na trajetória da Assistência Social, uma vez que a mesma encontrava-se num contexto de reordenamento do Ministério da Assistência Social (MAS) para o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o qual definiu, mediante uma diretriz, a criação do SUAS possibilitando a aprovação pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), no ano seguinte, da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) essa determinou para o regimento da assistência social “[...] referenciais técnicos e políticos da matricialidade sociofamiliar e da territorialidade” (Brasil, 2013, p.16). Nessa conjuntura, aconteceu a IV Conferência Nacional cujo a temática rondou em torno do carecimento da criação e efetivação de

[...] planos de carreira, cargos e salários, com ampla participação dos órgãos representativos dos trabalhadores, apontando ainda para o necessário empenho das três esferas de governo no que se refere à **estruturação do trabalho e a valorização dos trabalhadores da Assistência Social**. (Brasil, 2013, p. 16-17 grifo nosso).

²⁶ Ressalta-se que o financiamento para tal Política foi um ponto também muito debatido na Conferência.

Nessa lógica, a IV Conferência acentua a necessidade de criação de espaços de diálogo entre trabalhadores e gestores, intitulados “Fóruns de Formação”, bem como reafirma a demanda pela implementação de uma “Política Nacional de Capacitação”. Destaca-se que as Conferências, até aqui citadas, enfatizam a contratação de trabalhadores via concursos públicos, tendo em vista a valorização do trabalhador, além disso propunham pensar em programas que focassem na capacitação contínua desse trabalhador. Dessa maneira, ambos apontamentos, em torno das Conferências, projetam-se a preocupação em legitimar a Política de Assistência Social através da valorização dos seus trabalhadores e aperfeiçoamento dos serviços prestados.

Já no ano de 2005, em sua V Conferência, a agenda foi pautada na importância da “[...] **elaboração e implementação de uma “Política Nacional de Capacitação” como estratégia para garantir a qualidade dos serviços**”. (Brasil, 2013, p. 17, grifo nosso). Vale salientar que foi nessa Conferência onde começou a ser fortalecida a criação e implementação de uma Norma Operacional Básica (NOB) para o tema dos recursos humanos dentro da Assistência Social. Assim, nessa lógica, a partir do trabalho desenvolvido pela Câmara Técnica e pelo grupo de Trabalho, em 17 de dezembro de 2006 o CNAS aprovou a Resolução n. 269, na qual dispõe a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/2006). (Brasil, 2013). A mesma define que

A capacitação dos trabalhadores da área da Assistência Social deve ser promovida com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para o aprimoramento da política pública. (Ferreira, 2011, p.40).

Além do mais estabelece que as capacitações devem ser estruturadas da seguinte maneira

a) **sistemática e continuada**: por meio da elaboração e implementação de planos anuais de capacitação; b) **sustentável**: com a provisão de recursos financeiros, humanos, tecnológicos e materiais adequados; c) **participativa**: com o envolvimento de diversos atores no planejamento, execução, monitoramento e avaliação dos planos de capacitação, aprovados por seus respectivos conselhos; d) **nacionalizada**: com a definição de conteúdos mínimos, respeitando as diversidades e especificidades; e) **descentralizada**: executada de forma regionalizada, considerando as características geográficas dessas regiões, Estados e municípios. f) **avaliada e monitorada**: com suporte de um sistema informatizado e com garantia do controle social. (Ferreira, 2011, p. 40-41, grifo do autor).

As VI (2007) VII²⁷ (2009) conferências, respectivamente, trataram da Política Nacional de Capacitação tendo como preocupação os “princípios éticos, políticos e profissionais” a fim de implementá-los como diretrizes básicas e imprescindíveis para aperfeiçoar a gestão do SUAS e a qualidade dos serviços prestados. Bem como a qualificação, até aqui reafirmada de diversas maneiras, deve ser pautada na permanência e continuidade.

Posto isso, houve no ano de 2011 diversas conquistas para a Assistência Social, a primeira delas foi a publicação da Lei 12.435, de 06 de julho de 2011, no qual alterou a LOAS constituindo o SUAS definindo como um dos seus objetivos a efetivação da Gestão de Trabalho e da Educação Permanente na Assistência Social.

A gestão das ações na área de assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com os seguintes objetivos:

V- implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social. (Brasil, 2011, Art.6).

Além disso, no ano de 2011, aconteceu a VIII Conferência Nacional cujo teve como debate principal temas relacionados ao processo de trabalho e os trabalhadores, como por exemplo “[...] os Planos de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) [...] e a política de educação permanente”. (Brasil, 2013, p.26). Dispondo, dessa maneira, das seguintes deliberações

Construir uma Política de Capacitação Continuada, de acordo com a NOB-RH/SUAS, com recursos da União, estados, Distrito Federal e municípios, (...) orientando-se pelo princípio da profissionalização, da ética e pelo de atendimento aos usuários como sujeitos de direitos; e Elaborar e implementar o Plano [...] permanente para os trabalhadores do SUAS, em consonância com a NOB-RH/SUAS e na perspectiva da qualificação dos serviços socioassistenciais. (Brasil, 2013, p.26 grifo nosso).

Nessa perspectiva, no ano de 2012, como processo de elaboração da PNEP/SUAS foi criado, por intermédio da Resolução CNAS n.8, o Programa Nacional de Capacitação do SUAS (CapacitaSUAS) no qual possuía como um dos seus objetivos “Garantir a oferta de formação permanente para qualificar profissionais do SUAS na qual se refere ao provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais.”(Brasil, 2013, p.22).

Mediante ao breve histórico exposto até aqui, pode-se entender que a educação permanente visa, por intermédio de capacitações de seus trabalhadores, legitimar a Política de Assistência Social. Porém, para isso torna-se imprescindível que a gestão demonstre interesse

²⁷ A conferência de 2009 teve como agenda também “a preocupação com a criação de espaços de diálogo entre os trabalhadores da rede socioassistencial, a fim de se fortalecer as relações institucionais necessárias à consolidação do SUAS e a implementação da NOB-RH/SUAS/2006”. (Brasil, 2013, p.19).

e compromisso para com essa ideia, compreendendo a educação permanente como a apreensão de saberes e habilidades no qual objetiva gerar uma compreensão crítica e ética de temas que atravessam o cotidiano de trabalho do trabalhador do SUAS e contemplando a valorização do trabalhador nesse caminho.

É então, nesse contexto, **que a perspectiva da educação permanente aparece como princípio reorganizador dos processos educativos de trabalhadores e trabalhadoras do SUAS. Esta orientação propõe-se a superar as concepções dominantes e as práticas escolarizadas, disseminando novas práticas de formação**, como por exemplo, no âmbito do trabalho na assistência social, valorizando as aprendizagens advindas das situações de trabalho, das reflexões dos coletivos que discutem os programas, projetos e serviços do sistema [...]. (Fernandes, 2016, p.123 grifo nosso).

Para tal finalidade a educação permanente dispõe de uma perspectiva pedagógica que goza de três princípios que tornam as aprendizagens significativas durante o processo de capacitação, para que as capacitações não se convertam em apenas cursos de especialização sem nenhum significado para o trabalhador cooperando para a reprodução de práticas assistencialistas, burocráticas e técnicas nos quais os afastam da compreensão das contradições presentes no cotidiano de trabalho. Assim, estes princípios são determinados pelo princípio da aprendizagem significativa no qual

[...] Compreende-se o processo de aprendizagem que se desenvolve pela interiorização de novos conhecimentos, habilidades e atitudes a partir da mobilização dos saberes e experiências prévias do educando. Via pela qual o processo de apreensão do novo conhecimento, habilidade ou atitude atua sobre a estrutura cognitiva pré-existente de forma a promover sua ressignificação, viabilizando mudanças de práticas e atitudes em conformidade com o novo arranjo cognitivo do sujeito. (Brasil, 2013, p.37)

O princípio da interdisciplinaridade, no qual

pretende qualificar trabalhadores que atuam no contexto de equipes multidisciplinares e que cotidianamente mobilizam processos laborais e práticas profissionais que lidam com contextos de vida experimentados por indivíduos e famílias, cuja compreensão não é possível por meio da perspectiva de disciplinas isoladas. [...] A interdisciplinaridade permite a ampliação do foco da visão profissional, favorecendo maior aproximação das equipes profissionais à integralidade das situações experimentadas por usuários e beneficiários do Sistema [...]. (Brasil, 2013, p.36).

E por último o princípio da historicidade, no qual consiste em

[...] ações de formação e capacitação, destinadas ao desenvolvimento das competências socioprofissionais; os elementos capazes de mobilizar a aprendizagem significativa; assim como o conjunto de escolhas éticas, técnicas, teóricas e políticas - relacionadas aos diferentes processos de formação e capacitação, sistematização, produção e disseminação de conhecimentos, habilidades e atitudes - aos quais se referem essa Política orientam-se pelo princípio da historicidade. (Brasil, 2013, p.38).

Dessa maneira, diante cenário contemporâneo no qual vem se exigindo cada vez mais dos/das assistentes sociais, principalmente daqueles(las) inseridos no SUAS, a capacidade de interpelar, mediar e refletir as diferentes refrações da questão social (Fernandes, 2007) a educação permanente deve ser vista como uma estratégia para uma intervenção profissional ética e comprometida em inverter a lógica excludente vigente (Fernandes, 2007). Efetivando, portanto, dois Princípios estabelecidos pelo Código de Ética (1993) da profissão.

III- Ampliação e consolidação da cidadania, considerado tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

X- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; (Brasil, 2012, p. 23-24 grifo nosso).

Por conseguinte, a educação permanente proporciona para o cotidiano do/da assistente social, trabalhador ou trabalhadora do SUAS, contribuir para o “desenvolvimento de competências teóricas- metodológicas, técnico operativas e ético políticas, tão necessárias para o exercício da profissão na contemporaneidade” (Fernandes, 2007, p. 208). Ademais, cabe à esses trabalhadores e trabalhadoras condicionarem a legitimação da profissão apenas a políticas de capacitação, mas repensarem as condições de trabalho impostas pelo sistema vigente pensando a educação permanente como um caminho para a qualificação dos espaços sócio ocupacionais.

3.2 - Educação Permanente e Serviço Social: experiências de estágio

A PNEP/SUAS possui como público alvo todos os trabalhadores da assistência social, sejam eles de instituições governamentais, como por exemplo os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e não governamentais (ONGS), dessa forma todas as ações são pensadas e idealizadas com propósito atingir esse público. Nesse sentido, a educação permanente, no município de Mesquita (baixada fluminense), começa a ser implementada com a capacitação dos conselheiros tutelares, no ano de 2022, entendendo que o Conselho Tutelar é um órgão autônomo, mas que executa seus serviços dentro da Proteção Especial,

logo, seus trabalhadores estão ligados à assistência social e se inserem no grupo de precisa passar por capacitações de atualização²⁸.

Destaca-se que inicialmente a equipe da educação permanente era constituída apenas pela supervisora de estágio, sendo o projeto de capacitação sido elaborado apenas pela mesma, porém com o decorrer do tempo a equipe foi sendo moldada com novos membros: estagiárias e mais uma técnica.

Figura 1²⁹- Equipe Educação Permanente



Fonte:Elaboração Própria (2023)

Aprendendo que as capacitações são o pilar do trabalho da educação permanente, já que será através desse processo formativo que ocorre a troca de conhecimentos e/ou a obtenção de novos conhecimentos. Nesse sentido, há uma relevante dificuldade em atender as diretrizes da PNEP/SUAS através das capacitações, uma vez que o ambiente de trabalho dentro da assistência social expõe sua complexibilidade por algumas razões, uma delas é por conta das precárias condições de trabalho nas quais os/as trabalhadores são expostos precarizando, assim, o serviço prestados pelos mesmos.

Disso resulta que os trabalhadores ocupam um lugar de centralidade na efetivação dos direitos socioassistenciais. **Em contraste com isso, decorrentes da transformação do seu mundo de trabalho, verifica-se a precarização do trabalho no SUAS, cujos resultados se expressam na instabilidade, na insegurança, na ausência de perspectiva de progressão, nas degradantes**

²⁸ “Sob essa denominação poderão ser concebidas, ofertadas e realizadas ações de capacitação com carga horária entre 40 e 100 horas/aula de duração, as quais tenham por finalidade atualizar e manter as competências necessárias ao desenvolvimento comum das três funções do trabalho do SUAS ou ao desenvolvimento específico de cada uma delas” (Brasil, 2013, p.44).

²⁹ Todas as pessoas concordaram, mediante à um termo de autorização, que suas imagens parecerem neste trabalho. O termo de autorização de imagem está presente no Anexo A.

condições de trabalho, na baixa remuneração e no adoecimento dos trabalhadores. (Brasil, 2013, p. 31 grifo nosso).

Dentro desse cenário torna-se complicado fazer-se entender que a educação permanente é uma política a qual não visa apenas a melhora do serviço, mas também a valorização dos seus trabalhadores, já que a educação permanente vem acompanhada da gestão de trabalho cujo possui como uma das suas finalidades “garantir a “desprecarização” dos vínculos dos trabalhadores do SUAS e o fim da terceirização; garantir a educação permanente dos trabalhadores.” (Ferreira, 2011, p. 17). Porém como dentro do município não existe a gestão de trabalho as ações da equipe de educação permanente ficam direcionadas apenas para as capacitações não tendo como garantir a progressão profissional e a desprecarização do seu processo de trabalho.

Vale ressaltar que uma das marcas da implementação da Gestão de Trabalho do SUAS é a adoção da Política Nacional de Educação Permanente, dado que

[...] se associa a um conjunto de iniciativas que contribuem para a desprecarização das condições de trabalho e para a valorização dos trabalhadores, como forma de promover a profissionalização do Sistema e a melhoria contínua da qualidade da oferta e do provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais. (Brasil, 2013, p.31-32).

Assim, as ações realizadas ficam apenas no campo subjetivo, subentendendo às vezes, que é apenas mais uma capacitação na qual o profissional vai ser obrigado a se submeter, dessa forma, a finalidade da educação permanente acaba perdendo-se, já que a educação permanente visa para além da qualificação dos serviços prestados, mas a valorização desse profissional para que acenda de cargo dentro da assistência, trabalhando suas potencialidades, desejos e autonomia como sujeito.

Outro quesito importante a ser destacado é a falta de incentivo da gestão para com a educação permanente, sobre isso Fernandes (2016) destaca que, “Para que sejam instituídos processos de educação permanente no SUAS, **pressupõe-se que haja uma predisposição ética e política dos gestores, trabalhadores e conselheiros do controle social**” (p. 131 grifo nosso). Pode-se citar como exemplo, a dificuldade em aprovar o Projeto Municipal de Educação Permanente no Conselho Municipal de Assistência Social³⁰ (CMAS), uma vez que

³⁰ De acordo com o Art 1º do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de Mesquita, “O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, instituído pela Lei nº. 095 de Abril de 2002 [...] é um órgão superior de deliberação colegiada de caráter permanente do sistema descentralizado e participativo da Assistência Social, de composição paritária entre o Governo e Sociedade Civil, vinculado à estrutura da Secretaria Municipal de Assistência Social. **Este Conselho tem por finalidade garantir a implementação e o desenvolvimento da política de Assistência Social de Mesquita, através da aprovação de programas,**

todas as reuniões marcadas são adiadas por falta de quórum e sendo uma das competências do Conselho “Aprovar o plano integrado de capacitação de recursos humanos para a área de assistência social, de acordo com as Normas Operacionais Básicas do SUAS -NOB/SUAS- e de Recursos Humanos- NOB-RH/SUAS (Resolução CNAS 237, de 2006, art 3º, inciso VII)” (Brasil, 2013, 66). Acaba gerando situações embaraçosas para a equipe, pois “como implementar algo que não foi aprovado?”. Entretanto, o movimento de preparar as capacitações é uma maneira de alertar, não para os membros do Conselho Municipal, mas para a própria gestão a necessidade de aprovação desse projeto, e para além disso fazer valer o que está escrito na lei efetivando, dessa forma, a educação permanente na qual é um direito do trabalhador do SUAS.

Essa situação não apenas penaliza os trabalhadores. Ela também representa grande barreira à melhoria da qualidade do provimento dos serviços e benefícios ofertados pelo SUAS e grave ameaça à efetiva consolidação da Assistência Social enquanto política pública de direito. (Brasil, 2013, p. 31 grifo nosso).

A partir deste apontamento, é importante sinalizar as capacitações já realizadas pela equipe é a parte mais complicada de todo o processo, visto que não é sempre que há abertura dos trabalhadores para tal processo, dessa maneira, se o fazer a educação permanente mediante as capacitações é a

[...] aprendizagem no próprio trabalho, é aprender com o outro, com as necessidades sociais. É compartilhar experiências e práticas, criando estratégias para agregar conhecimento no próprio ambiente de trabalho e propor mudanças. É saber conhecer e fazer. É descobrir e desvelar as potencialidades, fortalecendo a rede de serviços com as quais interagimos [...] (Fernandes, 2007, p.215 grifo nosso).

Contudo, vale enfatizar que é compreensível uma postura mais resistente às capacitações, posto que um conjunto de transformações, no processo de trabalho, oriundas do neoliberalismo aprofundam a precarização do trabalho e das relações sociais provenientes do mesmo, com isso as capacitações acabam perdendo o sentido estipulado pela política e reproduzindo a lógica tecnicista que o sistema busca implementar, sobre isso Francisco (2020) destaca que

projetos e serviços de assistência social apresentado por organismos governamentais e não governamentais, na área da Assistência Social, que será prestada a quem dela necessitar, independente de contribuição à seguridade social, e tem seu funcionamento e regulamento por este Regimento” (Art 1º, 2020, p.4 grifo nosso).

Expressões desse processo podem ser identificadas pelas contratações via pregão e pelo atendimento a usuários através de teleatendimento, duas manifestações tanto da precarização das formas de contratação e de remuneração quanto da introdução de novas tecnologias que intermediam e passam a formatar novas condições de trabalho, alterando, obviamente, seu conteúdo. (p. 155).

Como por exemplo a falta a descontinuidade dos trabalhos que acontece com as famílias e seus indivíduos que as equipes tendem a enfrentar no seu cotidiano de trabalho, principalmente os/as assistentes sociais, uma vez que o trabalho feito pela equipe é prejudicado pelas diversas trocas ou demissões dos seus membros, assim, prejudicando o progresso do trabalho realizado.

Para além de produzir novos conhecimentos as capacitações precisam conciliá-los com os saberes já possuídos pelos trabalhadores para que aquela aprendizagem possua algum tipo de significado, por isso os conteúdos das capacitações devem passar pela realidade vivenciada pelos trabalhadores no seu processo de trabalho, para Fernandes (2007) o trabalho também é a fonte de desejo do sujeito, será através de tarefas úteis que o mesmo terá a possibilidade de contribuir para mudanças para uma sociedade mais justa e igualitária, então, o trabalho é, para além de ser a exploração do homem pelo homem, um ato de criação no qual o indivíduo desenvolve suas potencialidades, autonomia e desejos.

Desse jeito, é essencial visualizar que por trás daquele trabalhador “resistente” está um sujeito que possui sonhos e desejos e que na maioria das vezes não é de trabalhar na assistência social como contratado como efetivo ou contratado da prefeitura mas está neste lugar porque carece vender sua força de trabalho, pois precisa sanar suas necessidades.

Salienta-se que existiram capacitações nas quais as trocas foram muito mais “fluidas” e o objetivo central foi alcançado com sucesso. A primeira delas foi a capacitação realizada para os conselheiros do Conselho Tutelar de Mesquita, de fevereiro de 2022 á junho de 2022, no qual teve como primeiro passo a apresentação do pré projeto aos conselheiros conseguindo, então, um debate sobre quais demandas estes viam necessidade para juntá-los ao conteúdo estipulado pela equipe, ademais propiciou um diálogo sobre a carga horária , dias de realização e modo de realização.

Convergindo, neste sentido, na articulação e diálogo com as singularidades e particularidades de cada membro com o objetivo de propiciar a fundação de um processo de capacitação baseada numa “práxis” em que cada profissional traz sua bagagem pessoal e experiência profissional que contribuem para esse processo de ensino-aprendizado. Em outras palavras, pauta-se na transformação da realidade a partir daqueles que nela vivem.

Com isso, se espera não somente atender de imediato a imprescindível demanda dos Conselheiros Tutelares para qualificar sua atuação profissional, mas, dar

seguimento ao processo de Capacitação e Formação Continuada dos profissionais de acordo suas necessidades e interesses. (Carla, 2022, p.n grifo nosso).

E a segunda, foi a capacitação³¹ das educadoras sociais da Casa de Acolhimento e Cidadania de Mesquita (CAC)³². Com a finalidade de qualificar o trabalho executado por essas profissionais foi pensado para essa capacitação um cronograma de aulas que ao mesmo tempo proporcionasse o conhecimento de novos temas, mas que também dialogasse com o cotidiano de trabalho e com suas demandas enquanto trabalhadores inseridas num espaço precarizado de trabalho onde a correlações de forças são muito fortes pretendendo, portanto, propor uma aprendizagem significativa respeitando a historicidade de cada uma dentro do equipamento no qual trabalham.

Entende-se por Educação Permanente o processo contínuo de atualização e **renovação** de conceitos, práticas, e atitudes profissionais das equipes de trabalho e diferentes agrupamentos a partir do movimento histórico, da afirmação de valores e princípios e do contato com novos aportes teóricos, metodológicos, científicos e tecnológicos disponíveis. **Processo esse medido pela problematização e reflexão quanto às experiências, saberes, práticas e valores pré-existentes e que orientam a ação desses sujeitos no contexto organizacional ou da própria vida em sociedade.** (Brasil, 2013, p.34 grifo nosso).

Nessa perspectiva, as estagiárias³³ preferiram convidar profissionais externos ao município para ministrarem as aulas com a intenção de provocar um debate mais aberto sem a preocupação com as relações de força, visando o conforto das educadoras em pontuar suas opiniões sobre o assunto discutido, como por exemplo aconteceu na aula “O processo de trabalho dentro da instituição de acolhimento” ministrada por uma assistente social atuante no acolhimento institucional de crianças na cidade do Rio de Janeiro.

³¹ Vale destacar que essa capacitação possui um carinho especial no meu pessoal, uma vez que foi resultado do meu projeto de intervenção no campo de estágio.

³² Instituição de acolhimento de crianças do município.

³³ Vale destacar que a vivência de estágio foi realizada junto à outra aluna de serviço social, dessa maneira o projeto de intervenção foi desenvolvido em parceria com a mesma.

Figura 2- O processo de trabalho dentro da instituição de acolhimento



Fonte: Elaboração Própria (2022)

Outros profissionais também foram convidados para a capacitação, como por exemplo, a supervisora acadêmica da estagiária que esteve presente, como palestrante, na aula “SUAS: a relação com as instituições de acolhimento e suas vertentes” e na aula: “Crianças e adolescentes e a violação de direitos”³⁴.

Figura 3- Crianças e adolescentes e a violação de direitos (Aula 1)



Fonte: Bheatriz Syria (2023)

³⁴ Ressalta-se que para essa aula a proposta era que outro palestrante fosse, mas o mesmo não pode comparecer. Assim, outra pessoa foi convidada nesse caso, a supervisora acadêmica.

Figura 4- Crianças e adolescentes e a violação de direitos (Aula 2)



Fonte: Elaboração Própria (2023)

Vale apontar que essa capacitação foi uma grande surpresa pra mim, enquanto aluna e estagiária, uma vez que nunca passou pela minha cabeça elaborar e executar um projeto dessa magnitude. Quaisquer profissões estabelecem graus de dificuldades para o seu trabalhador, mas enquanto aluna do Serviço Social eu me preparei para lidar com sujeitos refêns das mais variadas refrações da questão social e não com trabalhadores desses serviços sociais. Eu tive muita dificuldade no início do meu estágio no geral de entender o papel do Serviço Social na área da Gestão, no caso, na educação permanente e que o público alvo das minhas ações seriam os trabalhadores do SUAS. Nesse sentido, quando chega a demanda de realizar uma capacitação apesar do medo ser grande, e eu tive a oportunidade de fazer outro projeto, aceitei esse desafio. Escrever um projeto de intervenção no qual deve ser aceito pelas duas supervisoras e a subsecretaria junto com o projeto de pesquisa, com temas e escrita completamente diferentes, não foi um processo fácil e implementar o projeto foi mais trabalhoso ainda, já que eu estava lidando com a vida profissional de outras pessoas cujo dependiam e dependem desse emprego. Em resumo, foram 3 meses de extremo trabalho, mas que valeram muito a pena porque eu sei que algumas dessas profissionais mediante ao curso iniciaram com algum tipo de graduação e que conseguiram, mesmo que minimamente, modificarem algumas ações no seu processo de trabalho mesmo com as limitações que o município oferece.

Figura 5- Entrega dos certificados

Fonte: Prefeitura de Mesquita (2023)

Pensando numa nova proposta de capacitação introdutória³⁵, a equipe pensou em antes de iniciar as capacitações introdutórias realizar reuniões com as equipes dos equipamentos de assistência explicando o que é a Educação Permanente do SUAS. Nessa perspectiva, a finalidade dessas reuniões é diminuir a resistência que alguns profissionais possuem em relação às capacitações, partindo do ponto de se o profissional entende o que é essa política o mesmo vai compreender de uma melhor maneira o trabalho que a equipe da Educação Permanente realiza, desde do diagnóstico dos trabalhadores até a capacitação em si.

Figura 6- Reuniões Educação Permanente

Fonte: Elaboração Própria (2023)

³⁵ “Sob essa denominação poderão ser concebidas, ofertadas e realizadas ações de capacitação com carga horária entre 20 e 40 horas/aula de duração, **que tenham por finalidade promover o nivelamento de competências basilares ao desenvolvimento comum das três funções do trabalho no SUAS ou ao desenvolvimento específico de cada uma delas.** As ações assim compreendidas, poderão ser destinadas a trabalhadores e conselheiros com qualquer nível de formação”. (Brasil, 2013, p.43 grifo nosso).

Sobre os diagnósticos dos trabalhadores³⁶, vale destacar que essa é a primeira fase do nosso trabalho, visto que é importante conhecer os profissionais cujo vamos trabalhar e suas demandas, para a elaboração dos conteúdos das capacitações, compreendendo que, dessa forma, a Educação Permanente é uma política articulada de baixo para cima e não ao contrário.

Então, essas reuniões tornam-se uma ação importante, dado que ameniza a insegurança na qual os/as profissionais possuem em relação “à quem vai ter acesso suas respostas”, o que tornava muito baixa a devolutiva das respostas, e auxilia na compreensão de que a Educação Permanente é uma política articulada de baixo para cima e não ao contrário.

Figura 7- Slides Educação Permanente



Fonte: Equipe Educação Permanente (2023)

Cabe situar, assim, que de acordo com Fernandes (2016), por mais que existam diretrizes nas quais institucionalizam a PNEP/SUAS como política social no âmbito da Gestão de Trabalho, torna-se indispensável a existência do *desejo profissional*, isto é, da vontade do trabalhador e trabalhadora de participar e envolver-se nos processos formativos oriundos do trabalho. Assim, “É como uma escolha,mas não somente subjetiva, individual, mas, principalmente, coletiva, ética e política no sentido de responsabilização com os resultados das ações e com o processo formativo que dele advém.” (Fernandes, 2016, p.72). Sob tal ponto de vista, o aprimoramento de um profissional provém dos questionamentos provenientes do cotidiano de trabalho, além de ser uma maneira de desarticular a visão assistencialista de toda a sociedade e para uma parcela dos trabalhadores, em especial, da assistência social na qual a compõem. Objetivando, desse jeito, a problematização das situações impostas pelo processo de trabalho (Fernandes, 2016).

³⁶ Anexo B.

Sobre isso, vale destacar que, durante o processo de estágio foi realizadas visitas à alguns equipamentos com o objetivo de desfrutar de experiências, na “ponta da assistência”, com assistentes sociais fora do ambiente da subsecretaria/gestão, uma dessas visitas foi à CAC junto à assistente social do equipamento e em uma das nossas conversas feitas, ao longo do dia, foi comentado que uma das adversidades no seu processo de trabalho era a falta de compreensão do fazer profissional de alguns membros da equipe que acarretava na dificuldade do seu trabalho com as crianças e suas respectivas famílias. Com o passar do tempo, já no segundo período de estágio, chegou à supervisora de estágio o pedido de desenvolver um projeto de intervenção, já relatado aqui, por parte da coordenadora da Proteção Social Especial para a equipe da CAC. No entanto, mesmo o projeto sendo idealizado para toda a equipe, apenas as educadoras sociais participaram da mesma, salienta-se que a assistente social não participou de nenhum dos encontros promovidos. Dessa maneira, no que toca a interdisciplinaridade a presença da mesma fez muita diferença para a troca de saberes/ experiências nas quais aconteceram, uma vez que a interdisciplinaridade é uma das estratégias para resolver ou amenizar alguns dos problemas destacados pela mesma durante a visita realizada, de acordo com Fernandes (2016)

Na dinâmica da organização do trabalho é possível, e com frequência, identificar a fragmentação de ações, das profissões atuando isolamento, contrapondo-se à prática interdisciplinar, interprofissional, o que inviabiliza qualquer possibilidade da intervenção de espaços compartilhados para discussão e enfrentamento das adversidades institucionais. **Portanto, interdisciplinaridade é uma condição para que ocorram experiências de educação permanente entre os profissionais que colocam seus saberes em uso para a chamada engrenagem das políticas sociais funcionar.** (p.75 grifo nosso).

Essa situação perpassa também pelo interesse no aprimoramento profissional que cada trabalhador(a), aqui inserido na assistência social no campo da Proteção Social Especial, deve possuir, visto que se depara em seu cotidiano de trabalho demandas conflituosas as quais possuem facilidade de serem levadas para um caminho moralizador das expressões da questão social como resposta do problema.

Contudo, o desejo de aprimoramento profissional atravessa toda e quaisquer tipos de relações cujo são impostas pelo ambiente de trabalho, não dependendo apenas desses trabalhadores, sobre isso Fernandes (2016) destaca que

[...] as dificuldades de os trabalhadores colocarem em prática os conceitos que sustentam suas prováveis intervenções; o cotidiano e as rotinas de trabalho de atendimento intenso das demandas e com equipes técnicas e administrativas muitas vezes reduzidas; a dificuldade de instituir agendas de encontros para discussão de

situações com leituras ou, ainda, para aprofundar as reflexões com leituras complementares e formar grupos de estudos; desmotivação de alguns trabalhadores; relações de trabalho conflituosas, entre tantos outros fatores bloqueadores dos processos de educação permanente.(p73).

Sendo assim, essas dinâmicas podem potencializar ou limitar a postura ética de um/uma trabalhador(a) com o comprometimento para com a consolidação dos direitos sociais.

Em suma, este capítulo buscou apontar algumas das experiências vivenciadas no campo de estágio, na área da Educação Permanente do SUAS, destacando como a PNEP/SUAS pode modificar não apenas o cotidiano dos/das assistentes sociais, foco deste trabalho, mas também de todos os profissionais da Assistência Social atravessando as dificuldades existentes dentro dessa política na qual mesmo tendo esse posto dentro do país enfrenta, desde sua criação, percalços para se estabelecer como tal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As estratégias neoliberais do capital para enfrentar as crises nas quais se aprofundam há pelo menos quatro décadas no mundo vêm provocando, em diversos níveis, a precarização do trabalho, cabe citar a flexibilização da forma de contratação de trabalho com a finalidade de diminuir o tempo de extração do sobretrabalho e ampliando-a. Ocorrendo como consequência dessa ação a diminuição do número de trabalhadores contratados, ampliando o trabalho morto nos processos de produção alargando-se, em contramão,

[...] o desemprego estrutural além da precarização e deterioração da qualidade do trabalho, dos salários e das condições em que ele é exercido, que se agravam ainda mais considerando recortes de gênero, geração, raça e etnia, com profundas mudanças nas formas de ser da classe trabalhadora, com impactos na maternidade e na subjetividade individual e coletiva. (Raichelis, 2018, p. 51).

Nesse contexto, o trabalho do Serviço Social, tanto no âmbito público quanto no privado, se vê diante de sua precarização perante a insegurança laboral, a baixa e incerta remuneração, a desproteção social e trabalhista, o assédio moral, o sofrimento e o adoecimento atuando também na vida desses (as) trabalhadores/as.

Vale ressaltar que os/as assistentes sociais chamados de “efetivos” não fogem dessa regra, conforme diz Raichelis (2018), estes/as trabalhadores/as vivenciam a precarização do seu trabalho na esfera das exigências, cada vez maiores, as quais são confrontados/as todos os dias seguidos da preocupação se vão ter condições de respondê-las. Ou seja, o/a profissional sendo efetivo ou não o sentimento que os permeia todos os dias é de nunca estar

protegido, de perder seu emprego ou cargo, do corte de salário (ou atraso sem nenhum tipo de satisfação) e direitos, vindo junto com um maior controle do trabalho.

Ora, se estamos aqui debatendo sobre a valorização dos trabalhadores e das trabalhadoras do SUAS através da PNEP/SUAS não é contraditório constar nos documentos oficiais do município que algumas funções não condizem com o trabalho que é prestado? Mas é isso que acontece com os/as assistentes sociais de Mesquita, uma vez que estes contam como “agentes sociais” e não como assistentes sociais que são. Mas afinal de contas o que faz um/ uma agente social? Como falar de capacitação e/ou educação permanente se não há o reconhecimento do ofício do/da trabalhador/a ?

Sendo assim, as novas formas de organização do trabalho nas quais encontram-se os/as assistentes sociais desestimula o seus respectivos trabalhos enfraquecendo sua criticidade e reflexão, diante da realidade vivida, além de os/as levarem a um intenso processo de adoecimento e sofrimento.

Nessa perspectiva, como dito no capítulo anterior, o município de Mesquita não possui uma área de Gestão de Trabalho e sendo esta um dos eixos estruturantes do SUAS, a educação permanente acaba sendo reduzida a apenas “capacitar o/a profissional” fugindo, então, dos objetivos da PNEP/SUAS:

- a) Desenvolver junto aos trabalhadores e conselheiros condições para que possam distinguir e fortalecer a centralidade dos direitos socioassistenciais do cidadão no processo de gestão e no desenvolvimento das atenções em benefícios e serviços;
- b) Desenvolver junto aos trabalhadores da Assistência Social as competências e capacidades específicas e compartilhadas requeridas para a melhoria e qualidade continuada da gestão do SUAS e da oferta e provimento dos serviços e benefícios socioassistenciais;**
- g) Ofertar aos trabalhadores Percursos Formativos e ações de formação e capacitação adequados às qualificações profissionais requeridas pelo SUAS;** (Brasil, 2013, p. 27-28 grifo nosso).

Além do mais, a valorização do/da trabalhador/a acaba ficando de fora de todo esse processo, em razão de os PCC 's não serem responsabilidade da educação permanente e sim da Gestão de Trabalho. Essa fragmentação entre esses dois eixos desestimula a participação efetiva nas capacitações pelos/ as trabalhadores/ as.

Essa desestimulação também provém do desinteresse da gestão para com a qualidade das condições de trabalho ofertadas, o cumprimento das leis e a educação permanente. No que tange a qualidade das condições de trabalho em alguns equipamentos existe apenas um computador tendo os/as profissionais revezam durante o expediente de trabalho dificultando,

assim, a escrita dos relatórios e alimentação do GESUAS³⁷, quanto ao cumprimento das leis, em especial, o município descumprir o que estabelece a PNAS em seu Art. 6 e no que diz respeito à educação permanente a falta de recursos destinados para o setor impactam no sentido de convidar profissionais de fora para ministrarem as capacitações realizadas, pois esse é um trabalho que deve ser remunerado o/a convidado/a acaba ficando, dessa maneira, restrito/a à receber apenas um certificado por cada capacitação ministrada³⁸, outra coisa a ser mencionado é que tanto na PNEP/SUAS quanto no CNAS, a partir da resolução n.6º, a necessidade de uma supervisão técnica³⁹, a qual é dividida em interna onde será executada por um profissional do próprio município ou externa, onde profissionais externos ao município especialistas em temáticas que atravessam o cotidiano de trabalho dos municípios. Entretanto, esses profissionais devem ser pagos pelos trabalhos prestados, mas se o município não se compromete em pagar o Banner⁴⁰ feito pela equipe quanto mais profissionais para tal ação, os próprios profissionais quando informados sobre a supervisão técnica, mesmo achando super interessante e necessário, relatam a dificuldade que envolve a legitimação dessa diretriz da educação permanente pelo orçamento no qual contém o município destinado para a assistência. Dessa maneira, esse “combo” de desafios leva aos trabalhadores a sensação de que a educação permanente os vê como pessoas despreparadas para o serviço, não entendendo que a gestão não faz a parte dela como responsável de gestar a assistência social.

Torna-se necessário para os/as assistentes sociais compreenderem a questão social não é algo estático, um problema natural, e que as políticas sociais possuem pontos negativos e positivos, uma vez que vivemos em uma “zona de conflitos”, “[...] um espaço de lutas que contemplam diversos aspectos inerentes às relações sociais, que se materializam pelo poder, pelas práticas autoritárias e de autoridade, nos interesses distintos [...]” (Iamamoto, 2007, p.144 apud Fernandes, 2016, p.61). Nesse contexto, para os/as profissionais do Serviço Social, inseridos na assistência social, a educação permanente deve ser entendida como uma estratégia de consolidação do projeto societário defendido pela categoria, projeto este que defende a primazia do Estado, da efetivação das políticas, programas e serviços sociais a fim

³⁷ “O Gesuas é a primeira versão online do prontuário SUAS. [...]É o mesmo prontuário físico disponibilizado pelo MDS, só que online.” (Gesuas).

³⁸ Como aconteceu com os convidados das capacitações do Conselho Tutelar e da CAC.

³⁹ A Supervisão Técnica tem por objetivo geral fornecer subsídios teóricos, metodológicos, técnicos, operativos e éticos para a construção crítica e criativa de novas alternativas de intervenção aos trabalhadores do SUAS e elevar a qualidade do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e transferência de renda e da gestão do Sistema, contribuindo para ressignificação das ofertas da Assistência Social e potencializando o pleno cumprimento de suas funções e seguranças afiançadas, na perspectiva da garantia de direitos. (Cnas,2016, Art.4).

⁴⁰ Anexo C.

de garantir o acesso da sociedade proletária aos seus direitos (Fernandes, 2016.)

Isto posto, em tempos de extrema desigualdade social é imprescindível indagar qual é o papel da Assistência Social no Brasil? Legitimá-la como uma política social resolutiva na qual contribui para a expansão do sistemas de seguridade do país, fugindo, assim, do senso comum que esta política possui desde de antes de sua origem, entretanto, para isso precisa-se olhar nos/nas profissionais que atuam dentro desta, já que são eles/ elas que fazem a “engrenagem funcionar”. Em vista disso, a PNEP/SUAS ainda possui um longo caminho até suas real efetivação no município de Mesquita, uma vez que, no âmbito do SUAS, a mesma é uma proposta pedagógica que pode se dar em quaisquer espaços, contextos e tempos, inclusive no processo de trabalho que dialoga com a combinação de diferentes situações do cotidiano profissional as combinando com modalidades de formação nas quais devem possuir o comprometimento a construção de uma nova ordem societária, na defesa e consolidação das políticas sociais, em especial, a da Assistência Social no município e no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABESS. Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social. O processo de produção/reprodução social; trabalho e sociabilidade. Brasília- DF, 2006.

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético- político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; MOREIRA, Ana Samilly Alexandre; OLIVEIRA, Luma Rodrigues. Transformações do capitalismo contemporâneo e suas implicações para as políticas sociais. *In: PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga...[et al].* **Capitalismo, trabalho e política social**. [livro eletrônico]. São Paulo : Blucher, 2017. p. 64- 57.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “sistematização da prática” em Serviço Social. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Opas: OMS: Ministério da Saúde, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARROCO, Maria Lucia Silvia. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti; IVANETE, Boschetti. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida; PEREIRA, Maria Erica Ribeiro; TASSIGNY, Mônica Mota. Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 9, n. 3, p. 171-183, 2017.

BOSCHETTI, Ivanete Salete. A assistência no capitalismo contemporâneo e tensões no trabalho de assistentes sociais. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 7., 2015, São Luiz. **Anais[...]** São Luiz, 2015.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 06 de nov. 2023.

_____. MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Lei Orgânica de Assistência Social. Lei n.8.742 de dezembro de 1993, publicada no *Diário Oficial da União*, Brasília, 8 dez.1993.

_____. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 57p.

_____. Tribunal de Contas da União. **Controle exercido por conselhos da assistência**

social : módulo 1 : assistência social no Brasil : políticas, recursos e controle / Tribunal de Contas da União. Brasília : TCU, Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social, 2013.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 2005.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do serviço social na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2000.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Resolução nº 6, de 13 de abril de 2016. **Diário Oficial da União.** Brasília, 13 abr. 2016.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito ou benesse. **Serv.Soc.Soc**, São Paulo, n.124, p.665-677, out./dez. 2015.

FAERMANN, L.; SILVA, F. C. da. As implicações da burocracia na sociedade e seus rebatimentos no Serviço Social. **Revista Ciências Humanas**, São Paulo, v.8, n.2, p. 51-59, dez. 2015.

FERNANDES, Rosa Maria Castilho. **Educação permanente políticas sociais.** Campinas: Papel Social, 2016.

_____. Educação permanente: um desafio para o Serviço Social. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v.6, n.1, p. 207-218. jan./jun. 2007.

_____. Processos de educação permanente nas situações de trabalho no SUAS. **Socied. em Ded**, Pelotas, v.23, n.2, p. 121-147, jul/dez. 2017.

FERREIRA, Stela da Silva. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p. ; 23.

FRANCISCO, Elaine Marlova Venzon. O trabalho dos assistentes sociais a categoria “processo de trabalho” e os desafios da atualidade. *In: STAMPA, Inez et al. (org). Trabalho, regressão de direitos e serviço social.* Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p.139-160.

FREITAS, Renata Maria da Conceição de. **A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE PARA TRABALHADORES DO SUAS: Limites, possibilidades e perspectivas.** Dr. Reginaldo Guiraldelli. 2017. 88 f. Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós- Graduação em Política Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. **Capacitação em Serviço Social e política social**, v. 4, p. 53-63, 2000.

HARVEY, David. **O neoliberalismo história e implicações.** São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Renovação e conservadorismo no serviço social: Ensaio crítico.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista.** São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O Serviço Social no mundo contemporâneo. *In*: CASTRO, Alba Tereza Barroso et al. **Serviço social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI.** Rio de Janeiro: Cortez, 2008. p. 45-68.

_____. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2006.

LEÃO XIII, Papa, **Carta Encíclica Rerum Novarum** (Sobre a condição dos operários). Roma, 1891.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2017.

MEDEIROS, Marcelo. A Trajetória do Welfare State no Brasil: Papel Redistributivo das Políticas Sociais dos Anos 1930 aos Anos 1990. **IPEA**, Brasília, p.1-27. dez.2001.

MESQUITA. Resolução CMAS n.º013, de 13 de agosto de 2020. Dispõe sobre a Aprovação das alterações e acréscimos no Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social. Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Mesquita. Mesquita, RJ, 13 de agosto.2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; NETO, Otávio Cruz. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 9- 30.

MONTAÑO, Carlos. Neodesenvolvimento e Política Social. *In*: PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga...[et al]. **Capitalismo, trabalho e política social.** [livro eletrônico]. São Paulo : Blucher, 2017. p. 11- 39.

NASCIMENTO, Chrislayne Caroline dos Santos; OLIVEIRA, Carla Montefusco. Educação Permanente e Serviço Social: apontamentos sobre a formação profissional. **Temporalis**, Brasília, n.31, p.133-165, jan./jun. 2016.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 2005.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate.** São Paulo: Cortez, 2007.

Programa de Educação Permanente certifica educadoras sociais da CAC. **Prefeitura de Mesquita**, 2023. Disponível em:
<<https://www.mesquita.rj.gov.br/assistencia-social/2023/03/14/programa-de-educacao-permanente-certifica-educadoras-sociais-da-cac/>>. Acesso em: 30 de out.2023.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho e os trabalhadores do SUAS: o enfrentamento necessário na assistência social. *In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. GESTÃO DO TRABALHO NO ÂMBITO DO SUAS: Uma contribuição necessária.* Brasília: MDS Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. p.40- 65.

_____. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: ALBUQUERQUE, Valéria; RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares. (org.). **A nova morfologia do trabalho no serviço social.** São Paulo: Cortez, 2018, p.25-65 .

RAMOS, C.C.S.F. Projeto de Capacitação da Equipe do Conselho Tutelar. Não publicado.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: particularidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Jediane Freitas; TENÓRIO, Luciana Dantas. Privatização das políticas sociais na conjuntura neoliberal: os “novos modelos de gestão” e os desafios ao projeto ético- político do Serviço Social. *In: PAIVA, Maria Jeanne Gonzaga...[et al].* **Capitalismo, trabalho e política social.** [livro eletrônico]. São Paulo : Blucher, 2017. p. 83- 70.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** São Paulo: Cortez, 2002.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social.** São Paulo: Cortez, 2007.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Classes Sociais e Assistência Social.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____ et al. O significado sócio-histórico da profissão. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 1-21. 2009.

_____. Proteção social e crise no Brasil contemporâneos. In: ALBUQUERQUE, Valéria; RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares. (org.). **A nova morfologia do trabalho no serviço social.** São Paulo: Cortez, 2018, p.88- 108.

ANEXOS

ANEXO A - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM

Eu, _____, portador da Cédula de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob nº _____, residente à Rua _____, nº _____, na cidade de _____, AUTORIZO o uso de minha imagem (ou do menor _____ sob minha responsabilidade) em fotos ou filme, sem finalidade comercial, para ser utilizada em Relatórios, Trabalhos de Conclusão de Curso, Pesquisas e Artigos.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo território nacional e no exterior, em todas as suas modalidades e, em destaque, das seguintes formas: (I) home page; (II) cartazes; (III) Redes Sociais (IV); divulgação em geral. Por esta ser a expressão da minha vontade declaro que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro.

Seropédica, ___ de março de 2023.

Assinatura

Fonte:Elaboração Própria (2022)

ANEXO B - DIAGNÓSTICOS DOS PROFISSIONAIS DE MESQUITA

Diagnóstico dos profissionais do SUAS (Sistema Único de Assistência Social)- Mesquita

O objetivo deste formulário é conhecer os profissionais e suas maiores demandas, em especial, no que tange a prática do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no seu cotidiano de trabalho a fim de construirmos juntos nosso Plano Municipal de Educação Permanente (PMEP).


II Diagnóstico dos profissionais do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) 2023 - Mesquita

O objetivo deste formulário é conhecer os profissionais e suas maiores demandas, em especial, no que tange a prática do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) no seu cotidiano de trabalho a fim de construirmos juntos nosso Plano de Educação Permanente da Subsecretaria.

Toda a pesquisa será **sigilosa** e nenhum dos dados será repassado.

Fonte: Educação Permanente (2022-2023)

ANEXO C - BANNER EDUCAÇÃO PERMANENTE




EDUCAÇÃO PERMANENTE

CONHECIMENTO, HABILIDADE E ATITUDE.

- **FORTALECER AS AÇÕES DAS EQUIPES INSTITUCIONAIS;**
- **TRANSFORMAR PRÁTICAS E TÉCNICAS NO AMBIENTE DE TRABALHO;**
- **APERFEIÇOAR E GARANTIR A QUALIDADE DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.**

Governo do Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Mesquita
Subsecretária Municipal de Assistência Social - SUBAS



suas.educa@mesquita.rj.gov.br
Av. Marechal Castelo Branco, nº 106 a 122 - Edson Passos - Mesquita/
RJ - CEP: 26584-170

Fonte: Educação Permanente (2023)